SÉRIE PRINCÍPIOS

José
Roberto Mello

O IMPÉRIO DE CARLOS MAGNO



Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli
Preparação de texto
Sérgio Roberto Torres
Edição de arte (miolo)
Milton Takeda
Divina Rocha Corte
Coordenação de composição
(paginação em video)
Neide Hiromi Toyota
Dirce Ribeiro de Araújo
Capa
Ary Normanha
Antonio Ubirajara Domiencio

impressão e acabamento
W. Roth & Cia. Ltda.

ULBRA - Canoas
Biblioteca Martin Luth
Sist.: 9 19666
Reg.: 193343
Proc.: C
Data: 18/06/02

ISBN 85 08 03613 2

1990

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

Sumário

1. 25 de dezembro de 800: nasce um império na Europa — **5**
- A coroação de Carlos Magno — **5**
- A obra de Carlos Magno — **7**

2. A estirpe carolíngia — **9**
- As origens — **9**
- A ascensão — **10**
- De soberanos de fato a soberanos de direito — **12**

3. Carlos Magno e a *dilatatio regni* — **15**
- As razões e os mecanismos da expansão — **16**
- As direções da expansão — **18**
- No sul: a Itália — **19**
- A sudoeste: Aquitânia e Espanha — **19**
- A leste e sudeste: Saxônia, Baviera e os ávaros — **20**

4. O título imperial — **26**
- Os eventos — **28**
- As razões do papa — **29**
- A reação de Carlos Magno — **30**
- O significado do título — **31**

5. O governo do Império — **34**
- Os recursos econômicos — **34**
- O centro: o palácio — **36**
- A administração regional e local — **38**

O substrato legal ____ 40
O nível dos funcionários ____ 42

6. O Renascimento Carolíngio ____ 43

O ponto de partida ____ 44
A Corte de Carlos Magno ____ 46
A expansão do movimento ____ 47

7. Os sucessores de Carlos Magno ____ 50

Luís, o Piedoso ____ 52
O Tratado de Verdun ____ 55
O fim dos Carolíngios ____ 58

8. O destino do título imperial ____ 61

As disputas territoriais e o título imperial ____ 61
Os pontífices romanos e a coroa imperial ____ 62
Título imperial e coroa da Itália ____ 64

9. Quadros cronológicos ____ 66

1. Os últimos Merovíngios ____ 66
2. A origem da família Carolíngia ____ 67
3. A descendência de Luís, o Piedoso ____ 68

10. Vocabulário crítico ____ 70

11. Bibliografia comentada ____ 76

1

25 de dezembro de 800: nasce um império na Europa

A coroação de Carlos Magno

No dia do Natal de 800, na basílica de S. Pedro em Roma, onde fora para assistir à missa, Carlos Magno, até então rei dos francos e dos lombardos, recebeu a coroa imperial das mãos do papa Leão III. As polêmicas em torno de tal ato começaram poucos anos depois, com a Corte bizantina, e prosseguiram até os nossos dias entre os historiadores. O caráter improvisado ou não da cerimônia, seu prévio conhecimento por parte de Carlos e, sobretudo, o conteúdo do título imperial, os alvos das discussões, serão tratados por nós mais adiante. Por ora queremos apenas registrar que, com ou sem muita propriedade, a coroação imperial de Carlos Magno foi o remate para uma obra de expansão territorial, iniciada sob seus antecessores imediatos e concluída por ele, a qual resultou, pela primeira vez após a queda do Império Romano do Ocidente em 476, no estabelecimento de uma grande unidade política na Europa Cristã. Dando uma designação geral ao conglomerado de reinos e povos reunidos nas mãos do soberano franco, a coroação funcionou nesse sentido como uma certidão de batismo para sua obra política.

De fato ela carecia de um vocábulo adequado para defini-la, pois em termos de Europa Cristã do século VIII — e guardadas as devidas proporções — o Império Carolíngio foi tão universal quanto o Império Romano de alguns séculos atrás. Poucos povos cristãos escaparam ao seu domínio direto ou à sua influência: ao sul, somente as porções da Itália controladas ainda por Bizâncio; ao norte, a Inglaterra anglo-saxônica e a Irlanda; porquanto no oeste o pequeno reino das Astúrias, confinado na parte setentrional da península Ibérica, reconhecia a suserania dos francos e, a leste, os povos que progressivamente foram sendo incorporados ao Império eram pagãos, sua cristianização fazendo parte do processo de conquista.

E o novo Império pode também ser considerado, simbolicamente pelo menos — já o foi de fato na famosa obra do historiador belga, Henri Pirènne, *Maomé e Carlos Magno* —, como marco inicial da civilização em formação no Ocidente após as invasões bárbaras dos séculos V e VI, conhecida por nós como Civilização Medieval. Vamos encontrar sintetizadas nele todas as principais características da nova civilização, desde o deslocamento do seu eixo geográfico, centrado no Mediterrâneo durante a Antiguidade, para o continente, agora com sentido norte—sul, até suas bases econômicas, políticas e culturais.

Além disso ele representou igualmente o triunfo de uma nova ordem onde até então reinara o caos, embora a palavra seja um pouco forte para representar a situação da Europa Ocidental após a queda da metade ocidental do Império Romano. As invasões germânicas resultaram numa pluralidade de reinos, cuja principal característica, ao menos num primeiro momento abrangendo os séculos V e VI, foi a instabilidade externa e interna. Suas fronteiras e até seu território se deslocavam continuamente no confronto com vizinhos mais fracos ou mais poderosos, seus governantes eram assassinados e apeados do poder ao sabor de rivalidades familiares e

intrigas palacianas. Alguns deles foram logo varridos do mapa, como o reino dos vândalos, o dos borguinhões, o dos ostrogodos, enquanto os visigodos, após um período brilhante na península Ibérica, cediam também ante a invasão árabe no início do século VIII.

Somente os francos resistiram. A presença de monarcas empreendedores no começo da dinastia merovíngia, como Clóvis, e a aliança precoce com o clero católico, entre outros fatores, evitaram os conflitos com a população galo-romana, possibilitando um firme controle dos territórios ocupados e uma contínua atividade expansionista, resultando na absorção do reino borguinhão, na expulsão dos visigodos para a península Ibérica e na destruição do domínio ostrogótico no sul. Ainda assim, os males internos que afligiam os demais Estados bárbaros fustigaram também os francos: querelas sucessórias, intrigas palacianas e revoltas. Basta ler as páginas da *Historia francorum* de Gregório de Tours para ver justificado o apelido dado pelos historiadores aos séculos VI e VII de "tempos obscuros". E, culminando, a proverbial apatia da estirpe merovíngia no decurso do século VII, valendo aos seus membros o apodo de "reis indolentes", quase fez sossobrar o Estado franco. Não obstante, o destino o favoreceu com o surgimento de uma linhagem de eficientes mordomos do paço, no reino da Austrásia, os quais, tomando nas mãos as rédeas do poder, lançaram as bases do futuro Império Carolíngio.

A obra de Carlos Magno

Carlos Magno recebeu portanto dos antepassados os alicerces sobre os quais edificou sua grandiosa obra; porém, isto lhe não retira o mérito da realização. O Império Carolíngio foi efetivamente um produto de seu gênio militar e de sua capacidade como governante. Na verdade, após sua morte

o Império sobreviveu com dificuldade. Passados os primeiros quinze anos de governo de seu filho Luís, o Piedoso, começaram os abalos que resultariam na rachadura definitiva do Tratado de Verdun em 843.

Incapaz de manter-se como organismo político, o Império contribuiu, todavia, para conservar acesa a idéia imperial no Ocidente, reencarnada aproximadamente cem anos depois com os Otônidas no Império Romano-Germânico, e mantida viva até o século passado.

Por outro lado, o seu esfacelamento conduziu ao esboço da moderna carta política e cultural da Europa Ocidental, possibilitando o surgimento de organismos que evoluíram até as nações conhecidas por nós como França, Alemanha, Bélgica, Itália etc.

Duradoura foi igualmente a realização de Carlos Magno no terreno cultural. Ele, indubitavelmente, deu impulso ao movimento denominado pelos historiadores ''Renascimento Carolíngio'', o qual atingiu o apogeu após sua morte, lá pelos meados do século IX. Conquanto limitado em seu escopo e em seu alcance, esse movimento foi um balanço e uma primeira síntese do processo de aculturação desencadeado pelo contato das tribos germânicas com a civilização do Baixo Império Romano. Para nós, além da produção própria do período, ele foi importante também por conservar um grande número de obras clássicas que poderiam ter-se perdido irremediavelmente, não fosse o trabalho dos *scriptoria* monásticos carolíngios.

Apesar da efêmera duração, o Império de Carlos Magno constituiu-se num marco da Civilização Medieval, como o fora o Império Romano na Antiguidade. E, reforçando o paralelismo entre os destinos dos dois organismos, lembramos que, assim como o último terminou seus dias em meio a querelas intestinas e invasões externas, o mesmo ocorreu com o Império Carolíngio, apanhado no turbilhão da segunda vaga de invasões germânicas na Europa.

2

A estirpe carolíngia

As origens

As primeiras referências aos antepassados de Carlos Magno são dadas pela *Crônica de Fredegar* no ano de 613, quando um certo Pepino de Landen, mordomo do paço do rei franco Clotário II, e um dos conselheiros deste, Arnulfo, bispo de Metz, o ajudam a vencer sua opositora Brunhilda e a se tornar senhor dos três reinos que compunham o território dos francos, a Austrásia, a Nêustria e a Borgonha. Pepino faleceu em 640, deixando no cargo o filho Grimoaldo, enquanto sua filha, Begga, casava-se com Ansegisel, filho de Arnulfo. Daí os cognomes pelos quais seriam doravante conhecidos os Carolíngios: Pepínidas ou Arnulfings.

Portanto, os Pepínidas surgem à luz da história já como mordomos, ou prefeitos, do paço. Tal função, originalmente compreendendo a chefia dos serviços do palácio real, é ampliada a partir do reinado de Clotário II, quando, em virtude de suas lutas para afirmar-se no poder, ele teve de fazer várias concessões à aristocracia a fim de obter-lhe o apoio. A partir de 626-627 os mordomos passam a governar tanto o palácio como o reino.

A presença de Pepino nesse cargo e a de Arnulfo entre os conselheiros reais constituem uma prova de sua elevada posição social, pois os mordomos, sobretudo, eram eleitos entre os elementos das mais ilustres famílias. Seu poderio estava assentado também nas extensas propriedades que possuíam ao norte do reino, na região do Mosa e do Mosela (as dos Arnulfings concentravam-se em torno de Metz).

O século VII foi a época do aumento do poder da nobreza sobre os reis merovíngios. O sintoma mais evidente disso, a evolução da função dos prefeitos, favoreceram-no alguns fatores, tais como a precocidade dos soberanos depois de Clotário II (subiram ao trono muito jovens e também faleceram precocemente) e a tradição, estabelecida ao longo desse período, de manter um prefeito e um palácio para cada reino franco, mesmo não havendo aí um monarca, possibilitando destarte a esses funcionários uma total liberdade de ação.

Todavia, eleitos pela aristocracia os mordomos eram por sua vez dependentes dela e, se como defensores dos Merovíngios acabaram por dominá-los, a sua presença em cada um dos reinos lançou-os nas tradicionais querelas da família real, além das rivalidades motivadas por suas ambições pessoais.

A ascensão

Nesse sentido a fortuna dos Arnulfings começou a crescer a partir de Pepino II, filho de Begga e Ansegisel, neto de Arnulfo de Metz, tido pelos coevos como o efetivo fundador da estirpe carolíngia.

Pepino herdou a função de prefeito praticamente por um acidente histórico. Seu tio Grimoaldo, irmão de Begga, sucedendo ao pai no palácio da Austrásia, acabou assassinado juntamente com o cunhado Ansegisel em 656, após uma malograda tentativa de usurpar o trono para o filho. Begga e o pequeno Pepino escaparam com vida e, anos depois, a continuação da *Crônica de Fredegar* nos dá uma primeira notícia sua como prefeito do paço da Austrásia, juntamente com um certo duque Martin.

Como chegou a essa posição não o sabemos: porém, daí em diante revelou grande destreza no trato das dissidências entre as diversas facções da aristocracia franca e os mordomos do paço da Nêustria, chegando a derrotar um deles, Berchar, e o seu rei, Teodorico, na famosa batalha de Tertry (687). Seu poderio aumentou bastante e ele pôde fixar hereditariamente o cargo de mordomo na sua família, indicando o filho Grimoaldo como prefeito do paço da Nêustria e o irmão deste, Drogo, como duque da Champagne. Ao morrer em 714 sua posição estava suficientemente consolidada para permitir que um seu neto, Teodoaldo (filho do falecido Grimoaldo), ainda criança, permanecesse no poder como prefeito na Nêustria, enquanto outro, Arnulfo, governava a Austrásia sob a tutela da avó Plectrude.

Mas, além dos netos, Pepino deixava também um filho, Carlos, cognominado Martelo. Nascido de uma segunda esposa, ou concubina, inelegível portanto para qualquer cargo, foi lançado na prisão por Plectrude, a fim de evitar algum atentado de sua parte contra os sobrinhos. Ele, contudo, não tardou a fugir e, valendo-se das discórdias entre os magnatas na Nêustria, conseguiu aos poucos firmar sua posição. Obteve até o apoio de Plectrude e dentro de pouco tempo instalava no trono da Austrásia um soberano merovíngio da sua escolha, Clotário IV. O respaldo de Plectrude foi assaz importante para extensão das bases territoriais de seu poder, pois ela havia trazido para os Arnulfings um reforço fundiário considerável na região do Mosela graças ao seu casamento com Pepino de Herstal. Esse lastro, aliado a uma farta distribuição de dons, valeu a Carlos o suporte das aristocracias laica e eclesiástica.

Na Nêustria a agitação dos grandes resultou na deposição de Teodoaldo, substituído pelo ambicioso Ragamfredo, um nobre da região. Associado aos bispos, abades e nobres laicos, Carlos conseguiu após algum tempo derrotar Ragamfredo, consolidando ainda mais sua posição com a vitória sobre seu sobrinho Arnulfo em 723.

O tempo restante do governo, ele gastou-o na luta contra os incômodos vizinhos do reino: frisões, saxões, alamanos e bávaros. Em 732, a pedido de Eudo, duque da Aquitânia, transpôs o Loire e bateu definitivamente os árabes que ameaçavam o sudoeste da Gália, na famosa batalha de Poitiers. A campanha, porém, trouxe dividendos mais polpudos além da simples vitória sobre os muçulmanos, dando-lhe ensejo para reafirmar a autoridade dentro dos territórios francos através da intervenção direta em determinadas partes problemáticas, como a Borgonha, e aumentando-lhe os recursos econômicos já consideráveis pela herança de Plectrude.

A importância de Carlos Martelo entre os governantes cristãos era tanta nesses anos, que o papa Gregório III lhe solicitou, em 739, auxílio contra seus vizinhos e inimigos tradicionais, os lombardos. Ao falecer o rei merovíngio Teodorico IV, sobrinho e sucessor do Clotário acima citado, Carlos não colocou ninguém mais no trono, governando sozinho o reino.

De soberanos de fato a soberanos de direito

A morte de Carlos Martelo em 741 trouxe novamente a divisão do território entre os filhos, nos moldes já consagrados pelos Merovíngios. Dois deles, do primeiro casamento com Chrotrude, Carlomano e Pepino, receberam, respectivamente: a Austrásia, a Alemannia e a Turíngia, o primeiro; a Borgonha, a Nêustria e a Provença, o segundo. Um terceiro, Grifo, nascido do segundo matrimônio, foi preterido,

tendo contudo recebido uma provisão em bens acerca da qual não estamos muito informados. Suas pretensões à herança territorial desencadearam as discórdias costumeiras no mundo merovíngio. Carlomano e Pepino a ele se opuseram inicialmente; contudo, no decurso das lutas ficou patente também uma certa animosidade entre eles próprios. Assim, durante a ausência de Carlomano, Pepino libertou Grifo do cárcere onde fora metido por aquele, doando-lhe vários condados. Carlomano, por sua vez, reinstalou um Merovíngio no trono, Childerico III, após um interregno de seis anos. A prematura opção de Carlomano pela vida monacal evitou entretanto uma briga mais séria entre eles, e Pepino pôde então governar sozinho.

A oposição contra os Pepínidas continuou ativa, no entanto, em determinadas áreas dos territórios francos. Grifo, por exemplo, encontrou suporte na Aquitânia, junto ao duque Waifar. Porém, isso tudo não impediu a maior parte da aristocracia de apoiar Pepino nos eventos de 750-751.

Em 750 dois embaixadores seus, Burchard, bispo de Wurzburg, e Fulrad, abade de S. Dinis, procuraram o papa Zacarias em Roma, perguntando-lhe quem deveria ser o rei dos francos: Childerico, um soberano incapaz de conter a violência da aristocracia, ou Pepino, cuja autoridade se impunha de fato em todo o território. O papa optou pelo segundo, e no ano seguinte Pepino era eleito e sagrado rei dos francos, enquanto o pobre Childerico era colocado num convento. Estava consumada a carreira dos Pepínidas: legitimados pela sanção pontifícia, alcançavam agora a mais alta dignidade dentro do reino, monarcas de direito e de fato do povo franco. Um golpe de mestre! A velha dinastia merovíngia, inapta para governar desde meados do século VII, era substituída pela empreendedora linhagem dos mordomos palatinos da Austrásia.

A relativa tranqüilidade na mudança dinástica tem levantado algumas questões, mormente se nos lembrarmos da

oposição que tentativa semelhante de um ancestral de Pepino, Grimoaldo, provocou uns cem anos antes. Naturalmente no decorrer do tempo muitas coisas mudaram: os monarcas legítimos, desde meados do século VII, haviam deixado de governar efetivamente o reino, quer por desinteresse, quer por serem muito jovens ao subirem ao trono, morrendo também precocemente. O poder efetivo passara então para esses influentes representantes da aristocracia, os mordomos do paço, entre os quais logo se destacaram os Carolíngios.

E como o dono efetivo do poder era também o distribuidor das benesses, em terras ou na forma de outros presentes, não causa estranheza a transferência da lealdade da nobreza para a família Arnulfing nos quase cem anos decorridos desde o fracassado golpe de Grimoaldo. Ao grande patrimônio familiar ela somava o controle dos cargos e dos bens da realeza. Certamente havia oposição em algumas áreas, mas sem a conivência dos grandes não teria sido possível a substituição dinástica. Um dos cimentos da fidelidade dos súditos à família real era, sem dúvida, o caráter sagrado da mesma, descendente de um ancestral totêmico, traduzido de forma visível na longa cabeleira usada pelos soberanos merovíngios. Daí o recurso de Pepino ao papa, a fim de encontrar o apoio sacral, negado pela origem familiar, na sanção pontifícia e na até então inusitada cerimônia da unção. E tal demanda ocorreu num momento oportuno, quando o aflito pontífice necessitava do socorro dos francos para enfrentar a ameaça lombarda.

A sagração de 751, realizada por S. Bonifácio, foi confirmada pessoalmente por Estêvão II em julho de 754, quando de sua viagem ao norte dos Alpes: Pepino III foi ungido novamente como rei dos francos, recebendo também a unção sua esposa Bertrada e os dois filhos, Carlos e Carlomano, aquinhoados ainda com o título de patrícios, isto é, protetores da Itália e da igreja de S. Pedro.

3

Carlos Magno e a *dilatatio regni*

Pepino, o Breve, faleceu em 768, deixando a família bem-consolidada no poder, sobretudo graças à sua complexa política em relação aos bispados e mosteiros que transformou em aliados. O reino, como de costume, foi dividido entre seus dois filhos, Carlos e Carlomano, os limites da partilha não ficando muito claros, pois havia territórios nos quais a autoridade de ambos se sobrepunha. Seja como for, a prematura morte de Carlomano em 771 impediu a eclosão dos também costumeiros conflitos que pareciam despontar no horizonte desde a morte de Pepino. Carlos Magno ficou só então no poder, livre para promover a grandiosa obra de expansão denominada, pelos cronistas, de *dilatatio regni*, isto é: a "ampliação do reino".

O cuidado com a dilatação das fronteiras não era uma novidade entre os Carolíngios; o avô, Carlos Martelo, e o pai de Carlos Magno já haviam dado impulso a tal atividade. O primeiro, além das campanhas no sul, uma das quais resultou na batalha de Poitiers contra os sarracenos, atacou os frisões, os saxões e interveio na Baviera e na Alemannia. O segundo guerreou contra os saxões em 753, desceu à Itália em 755-756 em defesa do papa contra os lombardos, for-

çando-os a restituir os territórios tomados à Santa Sé e acrescentando-lhes o exarcado de Ravena, malgrado os protestos de Bizâncio a quem este pertencia, constituindo destarte o núcleo básico dos Estados Pontifícios. No sul da Gália estabeleceu sua autoridade na Septimânia e, através de campanhas anuais, estendidas por vezes até a Borgonha, obrigou os recalcitrantes duques e senhores menores da Aquitânia e regiões vizinhas a reconhecerem seu poder.

As razões e os mecanismos da expansão

Que motivos teriam levado os Carolíngios, ainda mordomos do paço, a iniciarem tal política expansionista?

O núcleo dos territórios francos, a Nêustria e a Austrásia, achava-se rodeado por um cinturão de povos hostis, como os frisões e os saxões, e áreas maldominadas, como a Alemannia, a Baviera, a Borgonha e a Aquitânia, controladas por dinastias locais, bastante independentes. Assim elas constituíam uma dupla ameaça, aliando às incursões para dentro das fronteiras a acolhida aos opositores do regime carolíngio, fornecendo-lhes portanto uma base de operação fora do reino franco.

Em certos momentos, também, a política de alianças dos Carolíngios os conduziu a determinadas intervenções, como a de Carlos Martelo contra os sarracenos em 732, a pedido do duque Eudo da Aquitânia, ou as de Pepino, o Breve, na Itália, em retribuição aos favores pontifícios.

Finalmente, a perene fome de terras e tesouros para recompensar a cambiante fidelidade dos grandes contribuiu para ativar o espírito belicoso dos Pepínidas. Mas, além dos espólios das conquistas, eles lançaram-se igualmente com avidez sobre os bens da Igreja. Neste caso as sanções eclesiásticas impediam uma tomada pura e simples; nem por isso recuaram, usando várias artimanhas a fim de recuperá-los para seus fiéis e colocar assim homens de confiança para fiscalizar um alto clero com inclinação política nem sempre condizente com a do governante. As ações de Carlos Martelo nesse terreno lhe valeram a antipatia dos cronistas contemporâneos.

Para a obra que empreenderam, os Carolíngios necessitavam, em primeiro lugar, de um exército bem-organizado, bem-equipado, e se esforçaram para consegui-lo. As grandes distâncias a percorrer e as transformações nos hábitos militares exigiam o uso cada vez mais intenso do cavalo, tanto como meio de locomoção quanto como arma de guerra, datando dessa época as "origens" da futura cavalaria medieval. O cavalo, associado à melhoria na qualidade das armas, o emprego crescente do ferro e do aço permitiam ao guerreiro um equipamento mais pesado, pois não precisava transportá-lo a pé.

Naturalmente essas transformações tinham reflexos na composição social do exército. Embora o serviço militar fosse de caráter público, reservado aos homens livres, nem todos estavam aptos para dele participar, porquanto o equipamento e parte da alimentação corriam por conta do combatente e custavam muito caro. Assim era necessário que o indivíduo, mesmo livre, possuísse recursos. As autoridades eram portanto compelidas a realizar uma classificação da população através da riqueza, principalmente fundiária, mas não exclusivamente, para verificar o número de combatentes que cada proprietário deveria fornecer. Em certas localidades, como faltassem recursos aos habitantes para participar individualmente, eles se cotizavam para equipar um ou mais cavaleiros. Os eclesiásticos eram pessoalmente isentos, contudo deveriam fornecer homens-de-arma em quantidade proporcional aos bens estimados.

As dificuldades de recrutamento, de reunião dos elementos num espaço de tempo relativamente curto, de transporte e abastecimento forçavam as convocações a serem feitas, de

ordinário, somente nas áreas próximas ao teatro das operações. As campanhas eram anuais, organizadas na primavera, numa assembléia geral realizada em princípios de maio, o famoso "campo de maio", e se efetivavam durante o verão, indo no máximo até fins do outono, cessando com a chegada do inverno.

A extensão da fronteira, com a conseqüente multiplicação das frentes de combate, e o ritmo sazonal das expedições tornavam problemático o controle das regiões conquistadas. Amiúde, mal o exército as abandonava e as agitações recomeçavam: esse o caso da Aquitânia e da Saxônia. Carlos Magno foi obrigado a adotar providências especiais para garantir o controle eficiente dos territórios ocupados. Entre elas estavam a já tradicional tomada de reféns entre as principais famílias da região, como garantia do bom comportamento do adversário, e a instalação de guarnições militares e governadores de confiança no local. Além disso ele recorreu também ao deslocamento da população em algumas áreas, substituindo-a por colonos francos, e procedeu à incorporação dos combatentes vencidos ao exército carolíngio. Mais que tudo, porém, foi importante o recurso à atividade da Igreja, através de missionários e da implantação de conventos e dioceses entre os conquistados. Sob a chefia de homens leais ao monarca, não só lhe garantiam a fidelidade da população, como também, ao converter os pagãos, operavam uma eficiente obra de aculturação, retirando-lhes boa parte da identidade cultural, facilitando destarte sua integração ao orbe cristão carolíngio.

As direções da expansão

As empreitadas militares de Carlos Magno tiveram uma seqüência cronológica ditada pelas necessidades das diversas fronteiras. O agrupamento por áreas geográficas aqui apresentado atende mais a razões didáticas que propriamente históricas, muito embora em determinados setores os Carolíngios tenham guerreado durante anos a fio. Em três direções principais ocorreram as investidas: ao sul, na Itália lombarda e bizantina; a sudoeste, na Aquitânia e Espanha; a leste e sudeste, na Saxônia, na Baviera, na Carintia e na Panônia contra os ávaros.

No sul: a Itália

A ida de Carlos à Itália foi motivada inicialmente pela ameaça lombarda sobre o Papado; contudo, essa causa não parece ter sido a única. Os lombardos podiam significar indiretamente uma ameaça ao seu próprio poder, dada a permanência de focos de resistência aos Carolíngios dentro e fora do reino. Assim eles haviam acolhido a viúva e os filhos de seu falecido irmão Carlomano, os quais afastara inescrupulosamente da sucessão ao trono, e o problemático duque da Baviera, Tassilo III, esteve sempre pronto a recorrer a eles em busca de ajuda contra a tutela franca.

A primeira campanha foi realizada entre 773-774 em atendimento aos apelos do papa Adriano, resultando na conquista de Pavia, a capital do reino lombardo, e na restituição das terras tomadas pelos lombardos ao pontífice. A Lombardia não perdeu todavia sua identidade política, tendo o monarca franco cingido a coroa de ferro, símbolo da realeza lombarda. Mais tàrde, em 781, ele designou seu filho Pepino como rei dos lombardos. Resistência e revoltas dos senhores da região forçaram, no entanto, duas outras intervenções, em 775 e 777-778.

A sudoeste: Aquitânia e Espanha

As campanhas de Pepino III na Aquitânia possibilitaram uma relativa acalmia na área, embora a animosidade con-

tinuasse latente. O soberano franco não efetuou propriamente nenhuma expedição aí, mas organizou o território como um vice-reino em 781, confiando-o a seu filho Luís.

A mais famosa investida de Carlos em direção ao sudoeste, destinada a imortalizá-lo no legendário medieval, ocorreu na Espanha. Não sabemos se ele nutriu alguma vez a idéia de conquistá-la, e sua única campanha pessoal aí, em 778, foi desencadeada pelo convite de um príncipe muçulmano de Saragoça rebelado contra seu soberano, o emir de Córdoba. Mas, quando os francos transpuseram os Pirineus, a política na península Ibérica havia mudado novamente e eles tiveram de assediar Saragoça ao invés de ter nela um aliado. O cerco não produziu nenhum resultado e os francos se dirigiram a Pamplona, cujas muralhas destruíram. De volta à Gália, ao transpor os Pirineus, tiveram a retaguarda totalmente dizimada por uma emboscada de montanheses bascos em Roncesvalles. Segundo um especialista, J. Horrent, a perda teria sido muito grande, daí a discrição dos cronistas da época sobre o assunto. No combate pereceram alguns personagens ilustres, entre eles um tal Rolando, conde da marca da Bretanha, imortalizado mais tarde na famosa *Canção de Rolando*.

Limitou-se a isso na ocasião a política carolíngia em relação à Espanha. Todavia, anos depois, vários pontos estratégicos nos Pirineus foram dominados, e em 795 foi criada a marca da Espanha, formando um cinturão de fortalezas para proteger o sul da Gália contra as incursões sarracenas.

A leste e sudeste: Saxônia, Baviera e os ávaros

Nos lindes de leste e sudeste, três grandes questões afetaram os Carolíngios, já antes da ascensão de Carlos: a hostilidade perene dos saxões ainda pagãos, a rebeldia da casa ducal da Baviera, e a presença de um povo asiático, os ávaros.

Os saxões estavam localizados na parte setentrional, entre o mar do Norte e os rios Ems, Elba e Reno. Grandes esforços vinham sendo feitos para cristianizá-los, sem muitos resultados. Vizinhos incômodos nas fronteiras orientais da Austrásia, os Pepínidas sempre procuraram mantê-los submissos através da retenção de reféns e da cobrança regular de tributos, também sem efeitos duradouros. O reforço dessa política foi o escopo inicial da intervenção de Carlos Magno na região, ao qual se juntou logo o objetivo religioso, a cristianização definitiva desse povo. Movido pela fé, e também por alguma intuição política, o monarca franco resolveu tornar-se um campeão do cristianismo, impondo-o a ferro e a fogo entre os saxões.

Renitentes, as densas florestas e o sistema de guerrilha arrastaram as operações na região durante trinta anos, com altos e baixos, durante os quais o rei dos francos aperfeiçoou o seu exército e demonstrou toda a sua capacidade militar. De 772 a 785 as campanhas foram anuais, pois bastava o exército voltar-lhes as costas para os saxões se rebelarem. De 778 em diante as coisas ficaram ainda mais difíceis, quando eles encontraram uma liderança hábil e segura na pessoa de Widukind, um nobre da Westphalia. Apenas a sua submissão em 782 permitiu uma acalmia na situação, mesmo assim, custando ainda dez anos para a conquista se tornar definitiva.

No tratamento com os saxões, Carlos Magno empregou todos os recursos disponíveis, desde a transferência de grupos de população à incorporação dos saxões à hoste franca, seguidas pela cristianização e pela organização administrativa e eclesiástica dos territórios ocupados; tudo isso coroado por uma legislação extremamente severa consubstanciada nas leis e capitulares promulgadas especialmente para os saxões: *Capitulatio de Partibus Saxoniae* (782), *Lex Saxonum* (785), *Capitulare Saxonicum* (797).

Já mais ao sul, na Baviera, o problema era outro, não o de uma população inteira, mas o de uma casa ducal extremamente rebelde. A família Agilolfing, de origem franca, governava a região sob os Merovíngios desde o século VII. Com a mudança de dinastia, ela aos poucos foi retirando a sua fidelidade aos novos senhores. Pepino III tomou providências enérgicas quanto a isso, forçando o duque Tassilo III a prestar-lhe vassalagem em 757. O resultado não foi satisfatório, e este continuou a dar mostras de independência com a sistemática recusa de atender às convocações para as campanhas carolíngias. Várias negociações foram necessárias, envolvendo inclusive ameaça de excomunhão por parte do Sumo Pontífice, após as quais a presença dos exércitos francos na Baviera obrigou Tassilo a uma renovação da homenagem. Não obstante, ele tentou reerguer-se através de uma aliança com os ávaros, cujo malogro o levou à prisão. Condenado à morte, teve no entanto a sentença comutada pelo internamento seu e de toda a família num convento. De 788 em diante, a Baviera foi incorporada ao reino franco.

Os ávaros, povo de origem turco-tártara recentemente instalado no médio Danúbio, nos territórios da Caríntia e antiga Panônia, não constituíam uma ameaça direta ao reino franco, e sim às suas agora dilatadas fronteiras orientais, englobando a Alemannia e a Baviera, onde eram freqüentes suas incursões. A intervenção entre eles ocupou o período de 791 a 793, mas sua submissão definitiva só ocorreu em 796 com a destruição do Ring, um campo fortificado que lhes servia como capital, de onde Carlos Magno retirou um imenso tesouro, fruto dos saques por eles efetuados ao longo de muitos anos.

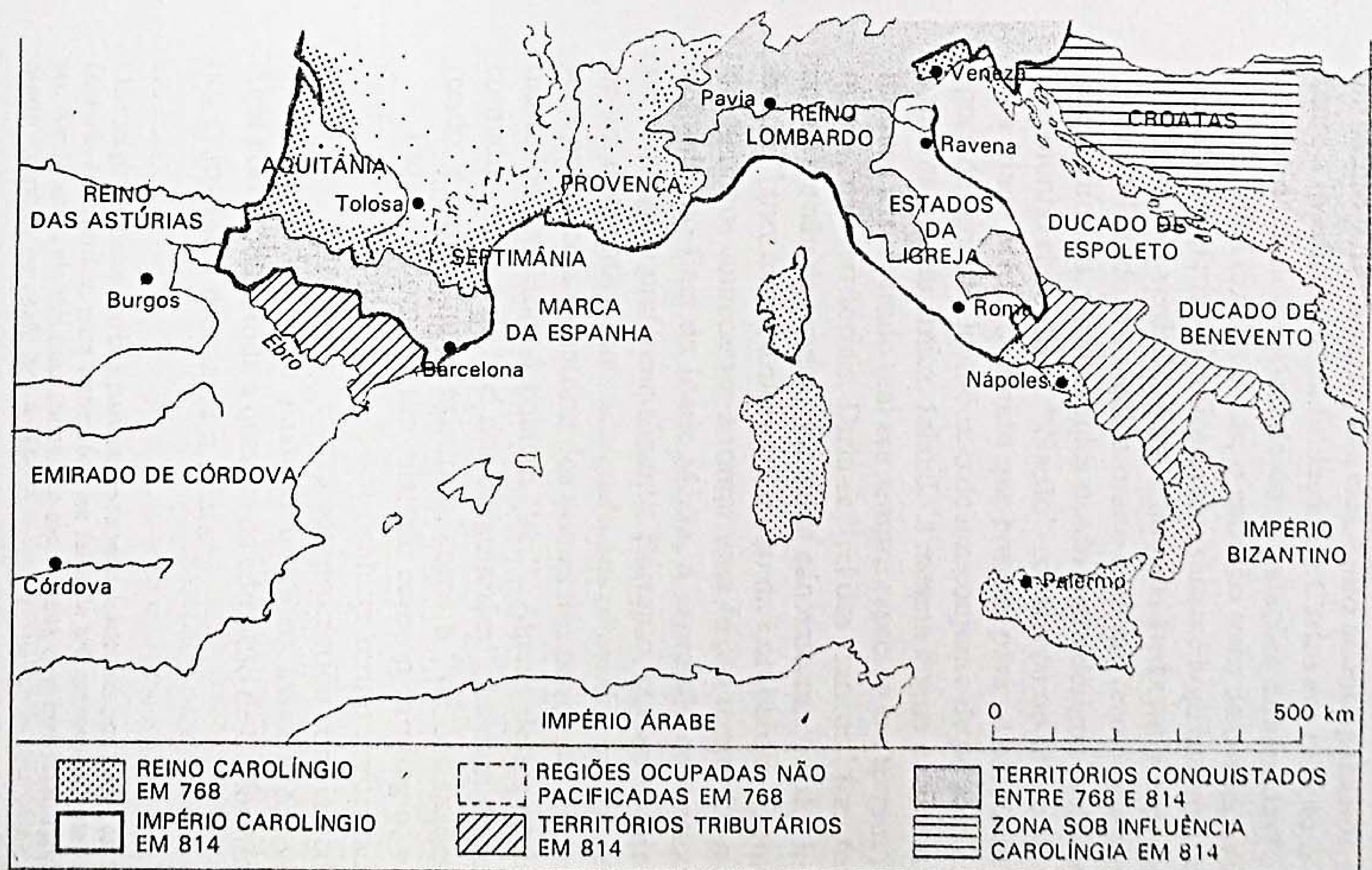
A extensão das fronteiras para leste trouxe os francos à vizinhança direta com povos ainda não incorporados aos anais da história européia, os eslavos e os povos nórdicos (dinamarqueses). Do relacionamento com eles, quase nada

sabemos salvo que esses confins fronteiriços foram organizados e colocados sob a direção de funcionários especiais.

Com Carlos Magno terminava assim a expansão iniciada pelos prefeitos palatinos da Austrásia, vindo os territórios sob dominação franca a formar um grande bloco que ia da Itália ao canal da Mancha e mar do Norte, e dos Pirineus e Atlântico ao rio Elba e curso médio do Danúbio.

Mapa 1 — O Império Carolíngio em 814





Fonte: LÓPEZ, R. *Naissance de l'Europe*. Orléans, Armand Colin, 1962. p. 99.

4

O título imperial

Ao findar o século VIII, os Carolíngios não só haviam galgado os degraus do trono, tornando-se reis dos francos, como também ganharam uma estatura internacional, pois Carlos Magno acrescentara àquele o título de rei dos lombardos, sendo-o igualmente dos alamanos, dos bávaros, dos borguinhões e dos saxões, embora não usando tais designativos por não existirem. Os autores costumam invocar essa inadequação entre o modesto protocolo carolíngio, *rex francorum et langobardorum*, e a congérie de povos governados por eles, para justificar a concessão do diadema imperial por Leão III em 800. O Estado franco tomara proporções de um império, diz Joseph Calmette, ao concluir o capítulo sobre a expansão carolíngia no seu *Charlemagne*, e pergunta: "Não é lógico e legítimo que seu soberano junte o título de *imperator* ao de *rex*?" [1].

Ora, isso que parece muito lógico à nossa mente moderna, acostumada a pensar no Estado antes de tudo como uma entidade territorial, o seria na mesma escala para os homens

[1] *Charlemagne*, p. 29. (Ver "Bibliografia comentada".)

do século VIII? Estaria para eles, tanto quanto para nós, patente a insuficiência da titulação de Carlos em relação à extensão da área e variedade de populações dominadas?

É difícil dizê-lo. Aliás, o episódio todo da coroação imperial e seu efetivo significado têm sido até hoje bastante controversos. Na verdade, para o homem medieval a expressão física do Estado era medida muito mais em termos humanos que territoriais. Os vocábulos usados para designá-lo dão um testemunho claro disso. "Nação" conservou ao longo de toda a Idade Média o sentido que possuía para os bárbaros da época das grandes invasões: o de um conjunto de pessoas com a mesma origem étnica, falando a mesma língua e sujeitas às mesmas leis. O título real era sempre expresso em termos humanos, não territoriais. Dizia-se "rei dos francos" (*rex francorum*), e não da França, que ainda não nascera; "rei dos lombardos" (*rex langobardorum*), e não da Lombardia. E quando os reinos começaram a tomar uma feição territorial mais definida, no final da Idade Média, a expressão continuou a ser empregada preferencialmente. Portanto, se Carlos carecia de um designativo mais adequado aos olhos dos coevos, este seria por certo a somatória dos nomes dos povos por ele conquistados acoplados à palavra "rei". Alguns desses títulos, contudo, como o de "rei dos borguinhões", haviam desaparecido, e outros nunca existiram, como o "rei dos saxões".

Para um domínio tão dilatado como o carolíngio, não havia no vocabulário da época nenhum termo apropriado, posto que "imperador" estava comprometido com um contorno territorial e um passado histórico assaz precisos [2]. Aqui pois repousa toda a questão da coroação de Carlos Magno, cujos fatos passamos a relatar.

[2] Em anglo-saxônico havia a palavra *bretwalda*, traduzida por Beda, na sua *Historia Eclesiastica*, para *imperator*, na falta de um correspondente latino. Ainda assim ela trai uma conotação mais étnica que territorial, significando "capitão ou chefe dos bretões".

Os eventos

O papa Leão III, sucedendo a Adriano I em 795, indispôs-se com a nobreza romana, por razões que não cabe aqui relatar. Em abril de 799, durante uma procissão, ele foi atacado pelos adversários e ferido gravemente. Alguns meses depois, tendo convalescido, viajou para Paderborn em busca de socorro junto ao monarca franco. Este remeteu-o de volta à Itália com uma escolta e mandou punir os agressores.

No entanto, em Roma, aș agitações continuaram com graves acusações de perjúrio e adultério formuladas contra o pontífice. Carlos ordenou investigações, que tiveram início em 1º de dezembro de 800 e, no dia 23 do mesmo mês, Leão humilhou-se, fazendo uma declaração pública de inocência perante o Carolíngio, então na Itália, e uma assembléia de laicos e eclesiásticos.

No dia 25 Carlos Magno entrou na basílica de S. Pedro para as festividades do nascimento de Cristo e para fazer sagrar seu filho Luís como rei. Enquanto ele rezava, ajoelhado, o papa tomou um diadema e cingiu-lhe a fronte, sob a aclamação dos presentes, repetida por três vezes: "A Carlos Augusto, poderoso e pacífico imperador dos romanos, coroado por Deus, vida longa e vitória". Os autores contemporâneos ao evento falam da surpresa do imperador ante a atitude de Leão; mas tudo indica ter sido a cerimônia adrede preparada e, quem sabe, com a sua conivência.

Tais portanto os fatos em torno da elevação do rei dos francos a uma categoria similar à do imperador bizantino, cinqüenta anos após ter seu pai assumido a dignidade real pelas mãos do papa Zacarias. Eles em si não são muito esclarecedores, restando agora ver os motivos da atitude de Leão III, a reação de Carlos Magno e, finalmente, o conteúdo do novo título.

As razões do papa

Em primeiro lugar a oportunidade. Leão III estava numa situação extremamente delicada em dezembro de 800: acusado de graves faltas pelos inimigos, agredido fisicamente por eles e forçado a pedir proteção ao rei dos francos. Este atendeu prontamente ao apelo; mas, em compensação, resolveu arbitrar a questão, assumindo (coisa inédita) o papel de juiz do chefe supremo da Cristandade, do herdeiro de S. Pedro. Humilhado ao extremo — a declaração prestada diante de Carlos e da assembléia está eivada de contradições, ora aceitando-o como árbitro, ora afirmando não poder ser julgado por nenhuma autoridade terrena [3] —, o papa teria buscado na coroação uma saída airosa do embaraço, patenteando que, apesar de tudo, só a ele cabia o doar e o retirar as prerrogativas reais. O ato seria uma forma simbólica de lembrar, a todos, da superioridade da *auctoritas* pontifícia sobre a *potestas* real.

Em segundo lugar, os antecedentes imediatos. Seu predecessor, o papa Adriano, ficara à margem da rivalidade entre francos e bizantinos na Itália; já Leão se passara para o lado daqueles, seguindo a tradição inaugurada pelo papa Zacarias, que em 751 não hesitara em sacramentar a mudança de dinastia no reino franco para ter seus governantes como aliados contra os lombardos. Com domínios muito extensos, abrangendo inclusive terras outrora pertencentes ao Império Romano e tendo já conseguido a coroa real, um epíteto mais condizente com tal poderio seria para os Carolíngios apenas o de imperador.

E a concessão deste título justificava-se, na opinião dos adeptos de tal explicação, pela inexistência no momento de um imperador em Bizâncio, cujo trono estava ocupado de

[3] Ver o texto em L. Halphen, *Charlemagne et l'Empire Carolingien*, p. 117. (Ver "Bibliografia comentada".)

maneira irregular pela imperatriz Irene. Esta, para manter-se no poder, não hesitara em fazer cegar o próprio filho e metê-lo num convento.

Por fim, a atitude do papa escudava-se juridicamente num documento produzido na cúria romana em meados do século VIII, conhecido como *Doação de Constantino*, ou *Ato do Papa Silvestre*. Segundo essa Doação, o papa Silvestre recebera do imperador Constantino Magno, como herança para si e seus sucessores, a Itália e todas as províncias ocidentais do Império Romano. Embora falso — mas isso só seria descoberto por Lorenzo Valla, o grande historiador renascentista, em 1439 —, esse ato serviu, durante a Idade Média, de lastro às pretensões pontifícias de ascendência sobre os reis e imperadores do Ocidente Cristão. Bastante popular, surgiu até uma lenda a respeito de sua origem: Constantino, acometido pela lepra, após ter procurado em vão remédio junto aos sábios pagãos, encontrou a cura com o papa Silvestre, nas águas batismais. Grato, teria então feito os pontífices romanos seus herdeiros na porção ocidental do Império.

Portanto a Leão III não faltaram bons motivos e mesmo respaldo jurídico para a ação de dezembro de 800.

A reação de Carlos Magno

Se tais conjecturas são possíveis acerca da atitude do papa, bem menos seguros estamos, no entanto, quanto à reação de Carlos Magno em relação à mesma. Hoje ninguém mais toma ao pé da letra a declaração de seu biógrafo, Einhard, a propósito de sua surpresa com o gesto de Leão III. Caso soubesse das intenções deste — teria ele dito —, jamais entraria na basílica de S. Pedro, mesmo sendo dia de Natal. A aclamação pela assembléia aí reunida e as expressões usadas soam como algo previamente ensaiado; e devemos também levar em conta as negociações anteriores em Paderborn, onde o papa fora em busca de auxílio, sobre as quais nada

sabemos. F. L. Ganshof afirma, com base nos *Annales Laureshamenses*, que a eleição de Carlos imperador teria ocorrido no dia 23 de dezembro, na própria assembléia onde o papa apresentou sua justificação, tendo ele aceito o título. Tal interpretação não é contudo endossada por outros historiadores.

Porém, mesmo supondo ter Carlos Magno prévio conhecimento da cerimônia, nem por isso estamos melhor informados acerca de sua maneira de ver a questão.

Por certo os reis bárbaros sempre se regozijaram com o ornamento dos títulos romanos. Quantos deles não os receberam de patrício ou cônsul! O próprio Carlos Magno havia sido aquinhoado algum tempo antes com a dignidade de patrício. Naturalmente a coroa imperial devia tocar-lhe a sensibilidade, pela tradição que representava e pela aura de majestade que a envolvia. Mas, se uns poucos intelectuais ao seu redor, como Alcuino e o anônimo autor de um poema épico produzido em Paderborn, entendiam perfeitamente o significado desse símbolo, outro tanto não podemos dizer com segurança dos francos e do novo imperador.

A atitude inicial deste foi cautelosa. Somente passados cinco meses, a chancelaria real criou uma fórmula meio desajeitada para exprimir a nova dignidade do rei dos francos, evitando o tradicional protocolo imperial romano, vazada nos seguintes termos: ''Carlos, sereníssimo augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador, governando o Império Romano''.

Essa cautela não evitou contudo desentendimentos com Bizâncio, que só após duas guerras e muitas negociações reconheceu finalmente em 812 o novo título.

O significado do título

E, afinal, qual o significado desse título, em torno do qual a legenda medieval e depois os historiadores dos sécu-

los XIX e XX têm feito tanto barulho? Ou, para formular a questão como G. Barraclough, "De que era Carlos imperador?" [4]

A resposta é: "De nada". Malgrado a falsa *Doação de Constantino*, o designativo não valia para a parte ocidental do Império Romano, agora inexistente, e a sua concessão era insuficiente para recriá-la, contrariando as afirmações feitas nesse sentido — provavelmente metafóricas — por alguns autores medievais. O Império Carolíngio era diferente em tudo do velho Império Romano, do qual ocupava apenas determinadas partes, e nem Leão III nem Carlos Magno tiveram intenção de restaurá-lo; tanto assim que este, a partir de 812, cortou do protocolo imperial o "governando o Império Romano" e, já na partilha do reino entre seus três filhos em 806, a idéia de império foi simplesmente ignorada, tendo os territórios sido divididos à maneira tradicional dos francos.

Quem veio a dar um sentido à dignidade imperial foi o seu filho e herdeiro Luís, cognominado "o Piedoso", e os eclesiásticos ao seu redor. Desde a ascensão ao poder, ele eliminou do protocolo os títulos reais, simplificando a fórmula toda para "Luís por ordem da Divina Providência imperador augusto" e passando a datar seu governo a partir do "ano I de nosso Império", enquanto seu pai o marcava com datação diferenciada para a assunção de cada coroa, franca, lombarda e imperial.

Carlos Magno parece ter considerado o Império como uma honraria pessoal; Luís acrescentou-lhe um sentido territorial e unitário. Fez dele o Império Cristão, por oposição ao velho Império pagão e romano, do qual o governante pela graça de Deus era ele. E, de fato, com exceção da Irlanda, Inglaterra e pequena porção das penínsulas Ibérica e Itálica,

[4] Império medieval: idéia e realidade. In: —. *Europa, uma revisão histórica*, p. 143. (Ver "Bibliografia comentada".)

os limites do Império coincidiam com os do orbe cristão ocidental.

E Luís foi ainda mais longe: envidou todos os esforços possíveis para dar ao título um conteúdo efetivo, cercando-se de religiosos, restabelecendo a moral cristã no palácio e colocando os princípios de seu governo em estrita consonância com as normas da Igreja. Assim, com ele, o título imperial encontrou um novo significado, que deveria fazer fortuna nos séculos seguintes, mais adequado à nova realidade da Europa Ocidental que o velho epíteto pagão.

5

O governo do Império

Os recursos econômicos

Um simples olhar num mapa histórico basta para nos mostrar a característica essencial do Império Carolíngio: a continentalidade. Formado por vastas extensões territoriais, onde se alternavam montanhas e planícies, florestas e campos — ao contrário do Império Romano, centrado no Mediterrâneo —, era fracamente povoado, e sua população irregularmente distribuída, agrupada nas áreas de ocupação mais antiga, ou onde havia maior facilidade de trabalhar a terra. A umas poucas cidades esparsas, sobretudo no sul, opunha-se uma pluralidade de aldeamentos rurais, maiores ou menores. Esse imenso conjunto territorial era cortado por algumas estradas: as velhas estradas romanas, ainda existentes em algumas partes, ou novas, não mais calçadas de pedras, cujo traçado variava ao sabor dos caprichos da natureza.

Temos assim a imagem de um mundo essencialmente rural, pontilhado por grandes explorações agrícolas bem-conhecidas dos historiadores através da documentação que delas sobreviveu, nos mosteiros principalmente. Das propriedades pequenas e médias, conquanto existentes também em número significativo, pouco ou nada sabemos. O comércio, mais ou menos intenso a nível local e regional, veiculava produtos agrícolas e artesanais em mercados hebdomadários. A nível internacional, mais rarefeito, era um comércio especializado, com fornecedores, vendedores e consumidores próprios — abadias e palácios —, no qual circulavam mercadorias de alto preço, desde armas, tecidos e aromas, até cavalos de raça e escravos. Seu circuito envolvia igualmente as moedas de ouro bizantinas ou muçulmanas.

Os recursos do governo carolíngio, por conseguinte, na maior parte saíam do meio rural. Todavia, aqui são necessárias duas advertências ao leitor pouco familiarizado com a Idade Média. Primeira: as exigências financeiras dos governos naquela época eram bem menores que as dos atuais, porquanto não tinham os encargos públicos destes. Segunda: não havia distinção entre bens públicos e bens pessoais do governante, outrossim os rendimentos tanto provinham de suas propriedades rurais quanto de presentes e taxação, esta sendo na época a parte mais fraca.

A base econômica sobre a qual se assentava o trono carolíngio era constituída indubitavelmente pelas imensas propriedades fundiárias oriundas do patrimônio familiar (ao qual nos referimos em capítulo anterior), de confiscos e de conquistas. Delas os monarcas retiravam boa parte das rendas para o sustento do palácio e da administração. A elas, somavam-se ainda os recursos do "tesouro" — um amontoado de objetos preciosos, indo de tecidos a jóias, baixelas, até às coroas reais, passado de geração em geração e engordado ainda pelos saques (o mais rendoso feito por Carlos Magno proveio do Ring, o campo fortificado dos ávaros) —, os proventos da justiça, da cunhagem de moedas e as taxas sobre circulação de pessoas e mercadorias (*telonea*, *portoria*), os direitos de feira ou mercado etc.

Vivendo literalmente dos domínios rurais, os príncipes e sua *Entourage* (seria impróprio falar em Corte) eram obrigados a deslocar-se continuamente para consumir *in loco* — ou o mais próximo possível — a produção, que as condições da época não permitiam fosse transportada a distância mui-

to longa. O "palácio real", enquanto pessoas e serviços, era portanto itinerante, e só nos últimos anos Carlos Magno fixou-o em Aquisgrão (Aachen/Aix-la-Chapelle).

A remuneração dos servidores também era feita de maneira diversa da atual: era paga tanto *in natura*, como em espécie ou na forma de presentes em certas ocasiões do ano. Aos mais graduados, via de regra representantes do soberano, eram alocados recursos em terras ou porcentagens sobre os impostos arrecadados, sobre as cobranças judiciárias e confiscos, dos quais então tiravam seu sustento. Contudo o mais estável e garantido deles era a terra, pois além do suporte econômico ainda dava poder e *status*; daí a incessante corrida dos Carolíngios atrás dela, não hesitando alguns deles, como Carlos Martelo, em utilizar para tal fim bens tomados ou "emprestados" temporariamente à Igreja.

O centro: o palácio

O palácio real constituía o centro do poder e da administração que tinham origem na pessoa do imperador. Ele era o chefe supremo e quase absoluto da comunidade do Império, na medida — é claro — de sua capacidade para impor-se ao povo e aos magnatas. Naturalmente havia balizas práticas e éticas ao exercício indiscriminado de tal poder, porém nenhuma de ordem constitucional. Por exemplo, quanto ao objetivo do governo, assaz diferente das proposições atuais, era tão-somente a guarda e a proteção do povo cristão contra as injustiças, contra os inimigos internos e externos, e o cuidado para que ele cumprisse perfeitamente sua transitória jornada na Terra, enquanto esperava o advento da salvação eterna.

Também, para poder governar, o soberano contava com um forte elemento ético: a idéia da devoção, consubstanciada no juramento de fidelidade. Este já fora conhecido e utilizado anteriormente; no entanto Carlos Magno o ampliou para toda a população com idade superior a 12 anos, e a partir

de 802 introduziu em sua fórmula certas obrigações positivas ligando os súditos a uma série de deveres mais precisos que o simples "ser fiel". Estes foram instados a ligarem-se entre si pelos liames da fidelidade, indo do mais humilde dos homens livres através de seus superiores até chegar ao imperador, formando destarte uma espécie de pirâmide de obrigações, com as bases unidas ao vértice.

A vontade do monarca, além dos canais competentes que mencionaremos a seguir, se exprimia na grande assembléia anual congregando os homens livres do reino (naturalmente, apenas os de maiores recursos) e os seus delegados provinciais. Convocada para a primavera (inicialmente março e, depois, maio, daí o nome "campo de maio" pelo qual ficou conhecida), tinha por objetivo principal a preparação das operações militares do ano. Contudo, outros assuntos entravam igualmente na ordem do dia: matérias eclesiásticas e demais negócios do reino, nos quais o rei ouvia os conselhos dos grandes e dava suas instruções; embaixadores eram recebidos e, conquanto não fosse uma corte judicial, era o palco para julgamento de determinados casos que chegavam às mãos do monarca.

Mas, o dia-a-dia da administração se passava entre as paredes do palácio. Seria um tanto superlativo falar em órgãos da administração central, ou mesmo usar esta expressão demasiado moderna para rotular os serviços aí prestados. Na realidade o paço sediava um conjunto de auxiliares do príncipe, com funções diversas, sem serem todavia especializados, podendo desempenhar uma ou outra, conforme as necessidades do momento. Era um serviço muito simples, onde funções meramente domésticas cotejavam com outras propriamente estatais. Por exemplo: o camareiro, com o ser o chefe dos aposentos reais, vamos encontrá-lo, por vezes, conduzindo o exército em algumas campanhas.

Os Carolíngios, ao trocarem a posição de prefeitos do paço pelas funções reais, extinguiram prudentemente aquele cargo; portanto, não há mais sob Carlos Magno um chefe do palácio propriamente, e sim alguns elementos controlando-

lhe os serviços essenciais. O camareiro, o guardião da câmara real, agia também como tesoureiro, pois nela estava guardado o tesouro. O senescal, o provedor do palácio, tinha sob suas ordens diversos servidores, entre eles o marechal (encarregado de cuidar dos cavalos), o condestável (chefe das cavalariças) e o encarregado da adega. Um outro funcionário, o conde do palácio, tinha encargos principalmente judiciais e, como assistia ao lado do monarca nos julgamentos, sua atividade assumia um certo ar de importância.

Malgrado a não-especialização desse pessoal todo, havia dois serviços intimamente ligados que pelas suas características exigiam um certo grau de especificidade: a capela e a chancelaria. A primeira era encarregada de assegurar os serviços religiosos do paço, algo de grande importância nessa época de intensa religiosidade. Seu nome provinha do diminutivo latino do termo *cappa*, que designava uma relíquia de S. Marinho de Tours (um fragmento de seu manto) conservada pelos reis francos. Era comandada por um arquicapelão, o qual atuava também como encarregado da chancelaria. Esta era provida pelos mesmos clérigos da capela, os únicos a ler e a escrever o latim. A chancelaria cuidava da preservação e expedição dos documentos (arquivo); mas não nos iludamos, constituíam apenas umas poucas cartas e diplomas de concessões e doações, requerendo a autenticação com o selo real. Ainda assim isso representava um bom progresso sobre os tempos anteriores no tocante ao uso da escrita na administração.

A administração regional e local

O Império Carolíngio estava repartido em condados de extensão variável conforme o número de habitantes, os quais correspondiam, "grosso modo", ao antigo *pagus* romano, tendo como centro uma *civitas*, isto é, uma cidade, em geral uma sede episcopal. Os historiadores não se entendem quanto ao número exato dos condados, mas eram contados às centenas, dando as estimativas mais otimistas cerca de seiscentos.

À testa do condado estava o conde, homem de confiança, companheiro do soberano, como bem o diz a etimologia do vocábulo: *comes*, *id est*, "camarada, amigo". De pessoal, o designativo passou para a circunscrição por ele administrada: *comitatus*, "condado". Amigo do monarca, o conde pertencia à nata da sociedade, sendo um dos grandes, um dos *optimates*. Também era quase sempre escolhido entre aqueles com raízes fundiárias na região que ia administrar, e portanto a conhecia bem por experiência própria. A nomeação para o cargo sendo temporária, sua revogação ficava a critério do rei. Todavia, razões diversas, entre as quais a extensão do Império, o comodismo e conveniências pessoais acabaram fazendo com que muitos condes permanecessem vitaliciamente na função e a passassem mesmo para seus herdeiros, ainda no tempo de Carlos Magno.

Seus poderes e funções eram bastante amplos: convocava e dirigia a hoste nas campanhas; recolhia taxas, presidia juntamente com o bispo (havia quase coincidência entre a área dos condados e a das dioceses) o tribunal regional do *mall* (*mallus*), fiscalizava o patrimônio real na região, zelava pela manutenção de pontes e estradas etc. As prolongadas ausências a serviço do rei requeriam-lhe um auxiliar, um lugar-tenente, que o substituía então: esse era o visconde (*vice-comes*).

O condado estava subdividido em circunscrições menores, os vicariatos ou centenas, governados por um vigário ou centenário cujas atribuições, em seu interior, eram as mesmas do conde.

Além dos condados comuns, os Carolíngios constituíram nas áreas fronteiriças unidades com características especiais, as marcas (marca da Espanha, marca da Bretanha, marca do Friul etc.), regidas por um conde com poderes próprios para enfrentar as situações de emergência a que estavam freqüentemente expostas. Esse conde recebia também um epíteto próprio: *marcgraf*, *marchionum*, isto é, conde da marca, margrave, ou ainda marquês.

O sistema carolíngio de governo conhecia também um outro alto funcionário, o duque (*dux*), um capitão de exército, encarregado de arregimentar e comandar a população em armas de uma determinada área abrangendo vários condados; ele podia ser um marquês ou um conde com poderes especiais.

Agora, a originalidade da administração carolíngia repousava na contínua e cerrada ligação mantida entre essas áreas e o poder central através dos *missi dominici* (enviados ou delegados do senhor, ou rei). A instituição já existia na época merovíngia, contudo de forma irregular. Carlos Magnos aperfeiçoou-a, imprimindo-lhe a periodicidade anual.

Os *missi* eram escolhidos entre os condes e bispos, portanto, pessoas familiarizadas com as questões administrativas e judiciárias. Partiam anualmente, em número de dois ou quatro, para o giro de inspeção dentro de um território, englobando uma meia dúzia de condados em média, conhecido como *missaticum*. Aí eles verificavam a atuação do conde e dos vigários, ouviam queixas da população, julgavam questões judiciais não-resolvidas pelo conde, fiscalizavam a coleta dos impostos e a administração das terras reais (*fisci*). A área de atuação variava continuamente, a fim de evitar se tornassem demasiado familiares das autoridades locais e, por conseguinte, sujeitos à sua influência e ao suborno.

Missi, condes, margraves, todo esse pessoal comparecia à assembléia anual, onde prestava contas de sua gestão. No entanto é preciso notar ainda que nem todas as partes do Império estavam ligadas dessa forma ao poder central. Algumas, por razões históricas, políticas ou estratégicas, conservavam um funcionário superior, um vice-rei, o qual atuava como intermediário entre os condes, os marqueses, os *missi* e o imperador. Tal era o caso do reino lombardo, da Baviera, que mantinha sua casa ducal, e da problemática Aquitânia, onde Carlos instalara seu filho Luís como rei em 781.

O substrato legal

O período de Carlos Magno testemunhou, como já dissemos atrás, um bom progresso no emprego da escrita como veículo da administração. Isso pode ser visto no terreno da legislação, tanto judicial como administrativa, embora haja discordância entre os historiadores quanto ao real uso dos textos legais, cujos exemplares chegaram até nós, na vida prática.

A atividade legislativa judicial foi concentrada sobretudo na codificação e revisão de vários conjuntos de leis em circulação nos territórios do Império. Como é sabido, ainda nessa época vigia o princípio da personalidade das leis, segundo o qual o indivíduo era julgado pela lei do seu povo, da sua nação de origem, não pela lei do reino onde vivia. Por exemplo: um lombardo seria sempre julgado conforme o código lombardo, não importando se estivesse na Aquitânia ou na Austrásia. Muitos códigos existentes foram então reescritos, como a *Lei Sálica* e a *Lei Ripuária*, que chegaram até nós na forma que lhes foi dada no final do século VIII. Essa legislação era aplicada nos tribunais locais compostos pelos condes, ou seus representantes, pelos vigários e escabinos, estes últimos um conjunto de homens entendidos em leis. E a dúvida dos historiadores quanto à utilização dos códigos escritos reside justamente aí: conheceria esse pessoal o latim suficientemente para lê-los? E, ainda assim fosse, o caráter confuso e incompleto das compilações levanta suspeitas acerca de sua utilidade prática.

Por outro lado, esta não pode ser negada no tocante ao corpo de legislação administrativa composto pelas famosas *capitulares*, cujo nome provém dos capítulos (os atuais itens) em que eram divididas. Elas constituíam o instrumento escrito de disseminação da vontade do imperador. Preparadas por ele e seus conselheiros no palácio, ou nas grandes assembléias anuais, tratavam de todos os tipos de assunto, ora sendo quase inteiramente dedicadas a um gênero de problema, como a conhecida *Capitulare de Villis*, de 802, com instruções sobre a gerência dos fiscos reais, ora tratando um pouco de tudo, desde matérias governamentais, justiça, até questões religiosas. Também havia as gerais, válidas para todo o Império, ou especiais para uma determinada parte, como a *C*

pitulare de Partibus Saxoniae, relativa às áreas habitadas pelos saxões. Umas formavam um autêntico documento legal, bem-elaborado e bem-acabado; outras eram mais sumárias, semelhantes aos nossos memorandos, preparadas nas assembléias e certamente destinadas a lembrar aos *missi*, aos condes e demais funcionários as resoluções tomadas então pelo soberano.

O nível dos funcionários

Como vemos, apesar do aspecto rudimentar, a administração carolíngia representou um progresso sobre o período anterior. Aproveitando os elementos do passado, ela inovou, ao requerer uma atenção e fiscalização constantes de seus agentes, ao exigir-lhes portanto conhecimentos a propósito dos negócios que deviam tratar e ao exigir-lhes até certo ponto o conhecimento da escrita. Não precisamos imaginar fossem todos os laicos obrigatoriamente analfabetos nessa época; mas os alfabetizados eram aí em número ínfimo, o grosso deles encontrando-se sob a égide da Igreja. Aliás esta, na figura de abades e bispos, veio a ser um dos pilares da obra carolíngia — infelizmente por razões de espaço não pudemos tratá-la com a merecida atenção. O clero carolíngio esteve pois ativo na catequese, na administração pública e no exercício da justiça. No entanto, mesmo ele precisava ser melhorado: malformado, havia sacerdotes incapazes de ler corretamente as fórmulas litúrgicas ou o latim da missa. E Carlos Magno compreendeu isso, daí ter ele envidado esforços para aprimorar a qualidade do pessoal ao seu redor, que resultaram no movimento cultural rotulado de ''Renascimento Carolíngio''.

6

O Renascimento Carolíngio

Durante muito tempo o Renascimento Carolíngio foi tido como a primeira manifestação cultural digna de nota no Ocidente Bárbaro, após a queda do Império Romano. No entanto, estudos atuais vieram a demonstrar não ter sido esse fenômeno tão isolado como se pensava. A tradição clássica não morrera abruptamente. Sofreu alterações na qualidade, mas permaneceu viva, mormente em determinadas regiões que conservaram o povoamento romano, onde a velha aristocracia senatorial tardou mais a desaparecer, isto é, no sul da Gália, na Espanha e na Itália. Cidades como Marselha, Arles, Avignon mantiveram até o século VII suas escolas de retórica. Famílias como as dos Apolinarii, Leontii e Sulpicii continuaram a cultivar em seu seio o antigo patrimônio cultural do Império.

De outro lado é preciso contar igualmente com a nova cultura cristã formada em torno das Sagradas Escrituras e toda uma tradição escrita oriunda de sua interpretação, a qual já agregara elementos da cultura clássica e agora se preparava para incorporar outros tantos das culturas germânicas onde o cristianismo penetrava lentamente. E os centros catalisadores de tal cultura não mais eram as escolas de retórica, e sim os mosteiros e as catedrais.

O testemunho disso é a sobrevivência de um razoável número de manuscritos desse período, revelando estarem os *scriptoria* (oficinas onde se produziam e copiavam livros) monásticos em plena atividade. Ora, se manuscritos eram preparados, era porque havia quem os lesse e neles estivesse interessado.

Com relação à Gália, todavia, ocorreu uma decadência na sua parte meridional em virtude das devastações aí perpetradas pelas campanhas militares de Carlos Martelo e Pepino, o Breve, na primeira metade do século VIII. Porém, as porções norte e nordeste, a Nêustria e a Austrásia, continuaram ativas com suas casas religiosas.

Por conseguinte é contra tal pano de fundo que devemos apreciar o Renascimento Carolíngio. Ele não surgiu do nada, mas foi preparado por esse substrato cultural ainda vivo, conquanto reduzido em sua extensão e modificado em sua qualidade. O valor e a originalidade do novo fenômeno estão quer no estímulo consciente dado por Carlos Magno e um grupo de intelectuais à organização e ao aprofundamento do saber, quer na exuberância e no equilíbrio de seus resultados literários e artísticos em relação à época merovíngia.

O ponto de partida

O impulso inicial foi dado pelo próprio imperador. As razões para tal atitude podemos vê-las em dois documentos de sua lavra: a *Admonitio Generalis*, promulgada em 789, e o *De Litteris Colendis*, uma missiva dirigida a Baugulf, abade de Fulda, escrita entre 780 e 800. A preocupação essencial residia no cumprimento de sua missão de governante: a correta preparação do povo de Deus, confiado à sua guarda, para a salvação eterna. Para tanto era mister fosse o clero bem-instruído, afinal este era o pastor efetivo do rebanho cristão. E, naturalmente, um clero instruído muito contribuía também para melhorar os serviços, não pequenos, prestados por ele ao governo nos campos da política e da administração.

Como no meio franco do final do século VIII não havia elementos credenciados, Carlos foi buscá-los nas vizinhanças, onde se encontravam centros mais avançados, isto é, Itália, Inglaterra e Espanha. Da Itália, vieram Paulo Diácono, Pedro, o Lombardo, e Paulino de Aquiléia; da Espanha, o godo Teodulfo; da Inglaterra, Alcuino e Ethelwulf. Ao lado deles encontramos um único homem da nação franca, o futuro biógrafo do imperador, Eginhard. O soberano reuniu-os na Corte entre 776 e 796 e com eles aprendeu a avaliar as reais necessidades do clero e as etapas a serem vencidas em sua formação.

Destarte, o Renascimento Carolíngio foi um movimento iniciado pelas bases, com a reforma dos estudos escolares. Primeiramente, a abertura de escolas onde se aprendesse a ler e a escrever — medida preconizada pela *Admonitio Generalis*. Embora não estejamos muito bem-informados sobre elas, sabemos, contudo, que foram abertas nos conventos, nas catedrais e no próprio palácio real. O objetivo era preparar o futuro clero; mas havia também instrução para os garotos destinados à vida laica. Só não sabemos se era ministrada num mesmo estabelecimento ou se recebiam ensino à parte. A do palácio era freqüentada por filhos de aristocratas e servidores próximos ao imperador, pepineira de elementos para a capela, para a chancelaria e outros encargos administrativos.

Em seguida o currículo. Sobre ele temos informações mais amplas. A língua ensinada na escola era obviamente o latim, língua da Igreja, mas igualmente da escrita e da administração, a qual as crianças, familiarizadas com os falares germânicos, tinham dificuldade em aprender. Após a alfabetização inicial, vinham as matérias do chamado *trivium*, ou seja, gramática, dialética e retórica. Aprendia-se portanto, primeiramente, o emprego correto das palavras, depois a expressão apropriada do pensamento e, por fim, o embelezamento do discurso através da retórica. A etapa seguinte constava das quatro disciplinas do *quadrivium*, que, supomos, eram ministradas somente àqueles destinados à carreira clerical. Aritmética, música, geometria e astronomia — os títulos não nos devem causar ilusões, o conteúdo das mes-

mas não era o de hoje. Bem mais limitado, esse ensino estava vinculado ao entendimento das Escrituras Sagradas e ao serviço litúrgico da Igreja. O conjunto todo formava as conhecidas "sete artes liberais", celebradas alegoricamente pelo africano Marciano Capella no seu *De nuptiis philologiae et mercurii*, do século V, as quais fariam carreira promissora no currículo das escolas medievais.

Outro item importante para a vida escolar eram os livros. Os textos mais usados saíam da *Bíblia*, sobretudo do *Livro dos Salmos*, mas alguns autores clássicos e velhas gramáticas encontravam também emprego nas salas de aula. Alcuino escreveu várias obras didáticas, e um seu discípulo, Hrabano Mauro, compôs um tratado sobre a educação, intitulado *De institutione clericorum*.

Porém, como o livro era então raro, quase um artigo de luxo, assistimos a uma intensificação das atividades nos *scriptoria* monásticos para sua reprodução em maior escala a fim de atender à crescente demanda. Juntamente com isso vemos também a afirmação de uma nova forma de escrita, mais clara e fácil de ser lida que as escritas gótica e similares até então existentes. Denominada de "minúscula carolina", malgrado o nome, ela não foi totalmente inventada no período carolíngio, mas sim o resultado da evolução de um tipo de letra romana, que acabou por se firmar na segunda metade do século VIII e veio a se difundir no seguinte.

A Corte de Carlos Magno

Mola propulsora desse desenvolvimento todo, obviamente o palácio real não limitava suas atividades culturais à escola somente. Na fase entre 776 e 796, quando estiveram aí reunidos diversos intelectuais, realizavam-se periodicamente sessões de debates com a presença do rei, onde eram tratados assuntos pertinentes à cultura e à religião. Os historiadores costumam falar em "academia palatina": a expressão é um tanto comprometedora, pois não havia propriamente uma academia na moderna acepção do termo. Não temos, contudo, informações seguras do que aí se passava: os autores da época mencionam as longas discussões e o hábito de empregarem seus participantes pseudônimos como meio de identificação, retirados do repertório bíblico ou clássico (Davi, Julius, Homero, Nataniel etc.).

A produção, entretanto, não ficou só em conversas. Os freqüentadores da Corte carolíngia fizeram grandes realizações, mormente no terreno da poesia, procurando imitar os poetas cristãos ou clássicos, entre os quais Virgílio teve especial destaque. Apesar da falta de originalidade, o latim desses autores é de boa qualidade e exprimem em seus versos uma autêntica piedade cristã. Contribuiu também, com algumas novidades, o crescente uso do verso rítmico e da poesia narrativa ou elegíaca, de caráter religioso ou didático. Entre essas obras podemos citar o *De sanctis eboracensis ecclesiae* e o *Conflitus Veris et Hyemis* de Alcuino, e os versos satíricos de Teodulfo de Orlèans: *Versus contra judices*.

De grande voga foram igualmente os temas teológicos. Duas controvérsias estavam na ordem do dia, a do Adopcionismo, cujos seguidores pretendiam ver em Cristo apenas o filho adotivo de Deus, e a querela iconoclasta, surgida no Oriente a propósito da utilização ou não de ícones no culto religioso. Inúmeros tratados foram escritos a respeito, sendo mais conhecido o de Alcuino, *Contra Felicem*, dirigido contra o bispo Félix de Urgel, um dos postuladores do Adopcionismo.

A expansão do movimento

O renascimento iniciado com Carlos veio a ter seu período áureo de expansão e florescimento depois da morte dele. Porém, sofreu uma alteração significativa, de ordem geográfica: a Corte deixou de ser o centro da *intelligentsia*, que se refugiou então nos conventos e catedrais provinciais.

Já bem antes do falecimento do imperador assistimos à migração dos intelectuais, principalmente a partir de 796. Seu filho, Luís, conquanto interessado na preservação da cultura, parece não ter mantido as condições necessárias ao seu cultivo no palácio, principalmente o patrocínio aos escritores, sem o qual não podiam sobreviver. Portanto eles partiram para os grandes centros monásticos e episcopais do Império: Corbia, Reims, Tours, Lyons, Lorsch, Reichenau. Muitos abades e bispos que administraram esses centros saíram da Corte carolíngia. Walafrid Strabo de Reichenau e Lupus de Ferrières foram alunos de Hrabano Mauro, abade de Fulda, ele próprio, discípulo de Alcuino; o abade Ricbod de Lorsch também foi discípulo deste, enquanto um dos bibliotecários dessa abadia, Gerward, trabalhara para Luís, o Piedoso.

O suporte que tais centros forneciam aos estudos residia nas suas bibliotecas, cujo conteúdo conhecemos pelas listas de livros deixadas pelos bibliotecários. A média oscilava entre trezentos e quatrocentos volumes, contando tanto com autores clássicos como cristãos. O total dos centros, entre sés episcopais e abadias, estava em torno de quarenta e sete, espalhados pelas terras da Alemannia, Gália e Itália. Porém eles não ficavam de modo algum isolados, havendo intensa permuta de informações e de livros entre suas bibliotecas e escolas.

Outra característica dessa segunda fase é a redução do número dos estrangeiros face ao pessoal de ascendência franca. Os domínios da produção literária continuam, no entanto, mais ou menos semelhantes aos do período anterior. A teologia, juntamente com a filosofia, encontra seus representantes em Pascasio Radberto (*Liber de corpore et sanguine Domini*) e João Scoto Erigena (*De divisione naturae*). Na poesia tiveram destaque Walafrid Strabo, Ermoldo Nigellus, Sedulius Scottus, Gottschalk, Wandalbert de Prüm, além de peças anônimas de grande beleza, populares ainda hoje, como o *Ave Maris Stella* e o *Veni Creator*. Na história temos biografias, tal a *Vida de Carlos Magno* de Eginhard ou a *Vida de Luís, o Piedoso*, do anônimo apelidado de Astrônomo, ou anais e crônicas, como o *Liber pontificalis ecclesiae ravennatis* de Agnelus, os *Anais reais*, e os quatro livros das *Histórias* de Nithard.

Mas o Renascimento Carolíngio não se esgotou com a literatura. A decoração dos livros avançou de forma significativa em relação à época precedente. Bíblias, Evangeliários e Lectionários eram cuidadosamente ornados com iluminuras bastante ricas, onde já aparecia a figura humana e se ensaiavam os primeiros passos na representação de cenas imaginárias, como a Jerusalém Celeste dos *Evangelhos de Soissons*.

Também a arquitetura realizou progressos, atestando um crescente domínio no emprego da pedra. Testemunho disso a original capela palatina de Aquisgrão, com planta octogonal, uma cópia simplificada da igreja de S. Vital de Ravena, a qual representou uma tentativa de introduzir no Ocidente as igrejas de forma circular ou poligonal (rotundas), muito freqüentes no Oriente. A tentativa não vingou, os ocidentais continuaram preferindo a forma basilical, retangular, que herdaram do Império Romano. Porém, o uso da cúpula de pedra requerida pela rotunda contribuiu certamente para treinar os arquitetos, que mais adiante a adaptariam à abóbada em meio-berço apoiada sobre o retângulo basilical. As construções carolíngias têm igualmente um porte mais avantajado que as anteriores, mostrando maior complexidade em seu traçado, com o desenvolvimento de novas partes, como o coro, inserido entre a abside final e o transepto (igreja de Saint Gall), ou a ampliação da fachada ocidental (igrejas de Corbia e Reichenau). Além dessas manifestações artísticas, completam o elenco as pinturas e os mosaicos, mas falar disso tudo nos levaria ainda muito longe...

7

Os sucessores de Carlos Magno

O destino do Império após a morte de Carlos Magno revela o quanto de pessoal havia em sua realização. Ele não somente conquistara terras, como seus ancestrais, mas soubera mantê-las firmemente unidas graças a uma concepção e um sistema de governo burilados lentamente a partir de elementos preexistentes, aos quais deu o toque peculiar de sua genialidade. Com seus descendentes, o edifício laboriosamente construído começou a apresentar já por volta de 829 as primeiras rachaduras, que iriam provocar-lhe o desmoronamento no final do século IX.

Não podemos, contudo, responsabilizar totalmente os seus herdeiros pelo desastre. Alguns dos problemas enfrentados por eles eram velhos e escapavam ao seu controle, como, por exemplo, a própria questão sucessória. Malgrado a evolução havida no pensamento político desde os tempos merovíngios e malgrado a própria concepção unitária do Império Cristão — uma obsessão de Luís, o Piedoso, ou de seu círculo de eclesiásticos —, na hora da sucessão continuava prevalecendo o antigo costume da divisão do território entre os filhos, como se o *Imperium Christianum* fora um patri-

mônio da família carolíngia. Ora, já vimos anteriormente os resultados nefastos dessas partilhas, as disputas a que conduziam e a seqüela de males que arrostavam. Por duas gerações consecutivas, os carolíngios escaparam ao problema, devido ao acaso. O falecimento prematuro de Carlomano deixara Carlos Magno sozinho no poder, o mesmo sucedendo com Luís, cujos irmãos desapareceram antes da morte do pai, permitindo-lhe uma herança tranqüila. Daí por diante o destino não seria tão pródigo com a família real.

O partidarismo gerado pelas querelas sucessórias abria as portas a vários problemas. Um deles era a necessidade de remunerar bem os serviços dos grandes, entre os quais se buscava apoio, reforçando destarte o seu poder. Outro, engendrava-o a própria concepção carolíngia de governo lastreado no juramento de fidelidade, cujo funcionamento foi perfeito enquanto o governo esteve forte. Com o enfraquecimento deste, o sistema passou a atuar em benefício de seus delegados regionais e locais, condes, marqueses, viscondes etc. Na medida em que, por fraqueza, inércia ou tática política, eles foram sendo deixados nas funções vitaliciamente e transmitindo-as hereditariamente, muitas vezes à revelia do soberano, seu poder se reforçou nas áreas onde operavam, e a fidelidade, que através deles ia para o monarca, acabou sendo captada e utilizada em benefício próprio. Caso semelhante ocorreu com as terras e serviços públicos por eles administrados, os quais vieram com o passar do tempo a ser confundidos com seu patrimônio pessoal. Estas tendências se acentuam particularmente na segunda metade do século, juntamente com a formação de numerosas facções no seio da aristocracia, tanto laica quanto eclesiástica.

Somadas a isso, as novas invasões que a Europa veio a conhecer nos séculos IX e X foram decisivas no reforço dessas tendências centrífugas do poder. Pondo em fuga populações, deixando um rastro de destruições, cidades em ruinas,

mosteiros abandonados, essas invasões, tanto nórdicas, como húngaras, ou as incursões de pilhagem dos muçulmanos no sul, contribuíram para ressaltar os particularismos, revelando a impotência da autoridade central para contê-las, e justificando por conseguinte a concentração do poder nas mãos de seus representantes regionais e locais, os únicos capazes no momento de dar alguma proteção às populações, recebendo-as em suas praças fortes e organizando militarmente a defesa. Essa capacidade de proteger eficazmente a população e repelir prontamente o inimigo vai influenciar no final do século a opção por determinados líderes, como, por exemplo, os condes de Paris, Roberto, o Forte, e seus sucessores. Na Itália, os papas, às voltas com os sarracenos, apelam ora para um, ora para outro senhor, ou candidato ao diadema imperial.

Luís, o Piedoso

O reinado de Luís, o Piedoso, foi considerado até algum tempo atrás como o início da decadência do Império Carolíngio. O rei voltava-se mais para as coisas da religião que para as do governo, enquanto os filhos se digladiavam pela repartição da herança paterna. Tal imagem fornecida pelas crônicas do período, enfáticas no tocante às discórdias e rebeliões, vem sendo aos poucos corrigida nos estudos mais recentes. Com Carlos Magno cessara a expansão territorial, é verdade; o trabalho de seu filho nesse campo foi mais o da preservação do território conquistado, prevenindo revoltas e incursões de vizinhos incômodos nas fronteiras, principalmente nos maldefinidos contornos dos territórios eslavos e dinamarqueses, que Carlos desistira de anexar, mantendo apenas uma certa suserania, traduzida na cobrança periódica de impostos.

Porém, no campo administrativo Luís não deixou de fazer inovações visando à melhoria das condições de governo, renovando o pessoal do palácio, substituído pelos homens que o serviram na Aquitânia, afastando daí os maus elementos, tanto no sentido moral, como político. Rodeado de clérigos e monges, tendo como braço direito Bento de Aniane — o reformador da regra beneditina nos conventos da Gália —, tal substituição pareceu a muitos historiadores um ato de puro moralismo cristão, sobretudo a expulsão de suas irmãs de costumes irregulares. Todavia parece que, junto com a moral, cuidados políticos inspiraram tal atitude também, pois as ligações amorosas delas e o comportamento de outros elementos poderiam revelar-se perigosos à estabilidade do governo. A administração continuou portanto fluindo normalmente: assembléias gerais sendo realizadas até com mais freqüência, capitulares promulgadas e *missi* enviados às diversas partes do domínio franco.

A educação mais esmerada e a presença do clero deram ao filho de Carlos uma outra visão acerca do Império. Enquanto este nunca apreendeu direito o sentido do título que recebera, o mesmo não aconteceu com Luís. Para ele o Império como tal era uma realidade concreta: a congregação de todos os povos cristãos do Ocidente (à exceção da Inglaterra, Irlanda e porção bizantina da Itália) sob a chefia de um líder cristão, de um imperador não mais *serenissimus*, porém *pius*, que, agindo em consonância com as normas da Igreja e da ética cristã, encarregar-se-ia de aplainar-lhes a via da salvação futura.

O programa de governo de Luís, o Piedoso, aparece em vários atos entre 816 e 818, mormente na *Ordinatio Imperii*, de 817, onde tomou as disposições necessárias para a transmissão da herança aos três filhos, Lotário, Pepino e Luís. Aí ele procurou temperar a tradicional partilha com a preservação da unidade imperial, destinando reinos a Pepino (Aquitânia) e Luís (Baviera), e atribuindo a coroa imperial

ao mais velho, Lotário, associado então ao pai no governo, o qual desta maneira herdava todo o Império, ficando com uma espécie de suserania sobre os irmãos.

Se a intenção desse documento era a preservação da unidade, o efeito foi o oposto. Desde o princípio esteve fadado a fundamentar revoltas: no mesmo ano, a do sobrinho do imperador, Bernardo, governante da Itália e, a partir de 829, as de seus filhos, que lhe amargariam os restantes anos de vida.

Tais rebeliões encheram as páginas de muitos cronistas, ajudando a veicular a imagem do imperador como um *rex inutilis*, joguete das diversas facções políticas, incapaz de se fazer obedecer, quer pelos filhos, quer pelos nobres. Assim ele apareceria séculos mais tarde também em algumas Canções de Gesta do ciclo de Guilherme de Orange. No entanto é preciso considerar que as revoltas não constituíam novidade no mundo franco, e interpretações mais recentes indicam esses movimentos e a rapidez e energia com que Luís conseguiu reassumir o poder mais como eloqüente testemunho de sua força que de sua fraqueza. A desmedida ambição de seus filhos não foi, igualmente, o único fator a engendrar tais agitações. Contaram bastante o descontentamento e as aspirações de determinados segmentos da aristocracia. Rosamond McKitterick, por exemplo, acha que a velha oposição contra o poder dos carolíngios nunca cessou em algumas regiões, sendo portanto um dos agentes da discórdia no reinado de Luís.

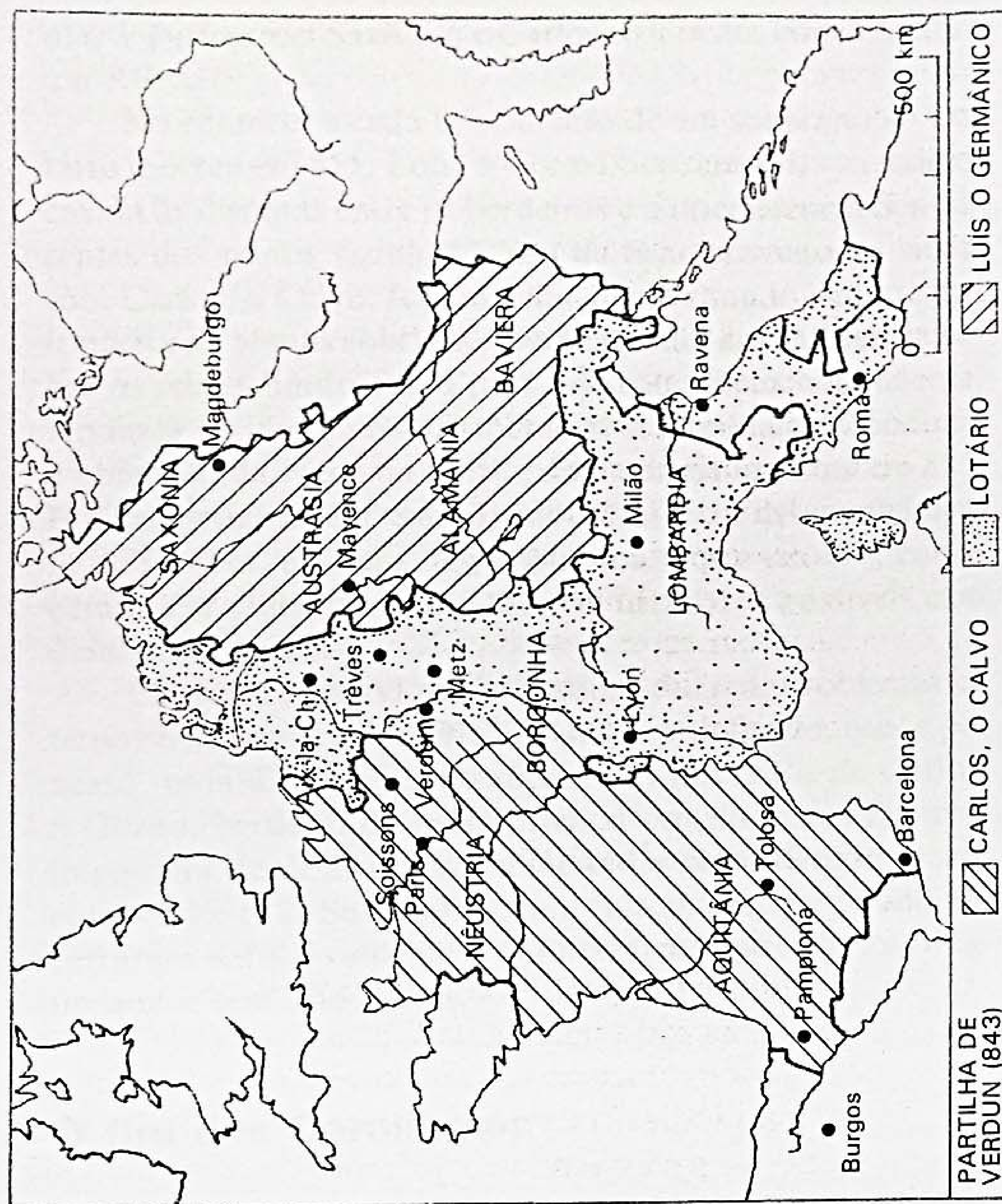
O primeiro desses movimentos, facilmente dominado pelo imperador, foi o de seu sobrinho Bernardo, rei da Itália, não incluído na repartição da *Ordinatio* de 817. Depois vieram anos calmos; mas as perspectivas de herança abertas com o nascimento em 823 de um outro filho de Luís, Carlos (o futuro Carlos, o Calvo), fruto das segundas núpcias com a bela Judite da família Welf da Baviera, atrairiam logo as nuvens negras para o horizonte carolíngio.

A tentativa de Luís para alterar a divisão de 817, somada às mudanças na influência de grupos políticos na Corte e à crescente ambição e poder de setores aristocráticos, prepararam o terreno para a eclosão das rebeliões a partir de 829. Lideradas por Lotário, com os irmãos mais novos mudando constantemente de posição, ora a favor, ora contra, segundo suas conveniências, elas se estenderam, com intervalos, de 829 a 840, ano da morte do imperador. O objetivo dos filhos, pelo menos, foi sempre garantir a parte do leão na divisão dos territórios. Lotário chegou mesmo a suplantar o pai no poder, entre 833 e 834, submetendo-o a um humilhante julgamento e arrastando-o consigo por algum tempo como uma espécie de prisioneiro.

Nem a morte do imperador encerrou as dissidências. Estas se arrastaram entre Lotário, Luís e Carlos (Pepino falecera em 838 e seu filho, Pepino II, era ainda criança) até 843, quando se chegou a um acordo no Tratado de Verdun.

O Tratado de Verdun

Os historiadores vêem nesse tratado, que dividiu as terras do Império em três porções com sentido norte—sul, o esboço da moderna carta política da Europa, onde já se apresentam distintos os blocos mais tarde conhecidos como França, Alemanha e Itália. Todavia, explicações as mais diversas foram propostas para o sentido caprichoso de suas linhas divisórias, separando as terras ocidentais de Carlos (abrangendo a Francia e a Aquitânia) das de Luís, o Germânico (espraiando-se pela margem oriental do Reno, com exceção dos condados de Spira, Worms e Maynz, na margem ocidental), e das de Lotário (uma faixa de territórios entre as duas porções dos irmãos, indo da região entre o Mosa e o Escalda, ao norte, ao vale do Ródano-Saône e à Itália, ao sul. O último conservou também o título imperial e estabeleceu a



Mapa 2 — O Tratado de Verdun de 843

Fonte: LÓPEZ, R. Op. cit., p. 106.

sede do governo em Aquisgrão. Certamente em tal partilha influíram considerações várias, tanto de ordem política, como econômica, levando-se em conta igualmente a complexa rede de dependência e laços de fidelidade que envolvia os territórios, aí incluídos os domínios reais.

Daí por diante os três reinos seguiram destinos mais ou menos independentes sob a tutela nominal de Lotário. Era a repetição, *mutatis mutandis*, da situação já vista na Gália merovíngia após a morte de Clóvis. Como nos séculos VI e VII, voltamos a assistir às complicações e discórdias no relacionamento entre as três unidades, motivadas pela desconfiança recíproca dos irmãos, pelas ambições suas e de elementos da aristocracia, além de outros fatores.

Os onze anos após o Tratado de Verdun foram marcados pelas tentativas de Lotário para assegurar-se em seus domínios, impor sua autoridade sobre os irmãos e impedi-los de aliar-se contra ele. Falecendo em 855, deixou o reino dividido pelos três filhos: Lotário II (Lotaríngia), Luís II (o reino da Itália e o título imperial) e Carlos (Provença).

A posição de Carlos, o Calvo, em sua parte, onde não tinha sólidas raízes, foi de início mais precária, tendo ele ainda de fazer face a várias incursões dos *vikings* e a problemas na Bretanha e na Aquitânia, cuja aristocracia tradicionalmente turbulenta e independente vivia em permanente estado de agitação.

Já Luís, o Germânico, teve mais sucesso no seu reino. Para obter o controle dos magnatas, desenvolveu uma política de casamentos, unindo seus filhos com as grandes famílias da região. Entretanto estes foram os principais oponentes seus, formando alianças com os nobres para forçar o pai a destinar-lhes, ainda em vida, determinadas porções do reino. Assim Carlomano ficou com a Baviera e a região fronteiriça à Morávia e à Boêmia; Luís, o Jovem, com a Francô-

nia, a Turíngia, a Saxônia; e Carlos, o Gordo, com a Suábia e a Rhetia.

No entanto, a cada falecimento de um soberano — Lotário morreu em 855, Luís, o Germânico, em 876 — recomeçavam as disputas entre os herdeiros e a interferência dos parentes dos reinos vizinhos a fim de tirar proveito da situação. Carlos, o Calvo, foi um deles, aproveitando a morte dos irmãos e de alguns sobrinhos para estender sua influência sobre os reinos limítrofes, a partir de 860, aproximadamente. Apoiada no clero e na aristocracia, sua política o conduziu à obtenção da coroa da Itália e do diadema imperial em 875. Política perigosa, entretanto, que estimulou o desenvolvimento de facções, as quais, logo após sua morte em 877, começaram a se digladiar pelo poder em torno dos possíveis candidatos ao trono.

Partido e repartido após Verdun, cheio de problemas internos e externos, o Império veio a ser reunificado, quase por acaso, uma última vez, no século IX, nas mãos de Carlos, o Gordo, herdeiro da parte oriental dos domínios francos, imperador desde 881 e, assim mesmo, por curtíssimo prazo, entre 884 e 887. Sua abdicação e falecimento neste ano encerraram definitivamente a obra edificada por Carlos Magno quase cem anos antes.

O fim dos Carolíngios

Carlos, o Gordo, não deixou sucessores legítimos, dando azo à ascensão de candidatos propostos pelos partidos aristocráticos, laicos ou eclesiásticos. A história desse período é conturbada e difícil de ser apanhada numas poucas linhas.

Após 887 as terras do Império foram retalhadas entre vários monarcas, alguns aparentados aos Carolíngios, outros não. Guindados ao poder pela eleição dos grandes, contando com o suporte de um ou outro príncipe da Igreja, como o poderoso bispo de Reims, Foulques, quando não do próprio papa — mormente aqueles com pretensões à coroa da Itália e ao título imperial —, eles foram obrigados a lutar constantemente para conservar o poder e estender sua influência.

Na parte germânica, um grupo de rebeldes, apoiado pelo ex-chanceler do rei, o bispo Liutward, elegeu, estando Carlos, o Gordo, ainda vivo, um novo monarca na pessoa de seu sobrinho Arnulfo, filho bastardo de seu irmão mais velho, Carlomano, falecido em 880. E foi ele quem permaneceu no poder após a morte do tio em 887.

Na Francia Ocidental foram suscitados dois concorrentes: o conde Eudo, filho de Roberto, o Forte (o grande defensor de Paris contra os *vikings*); e um personagem meridional, o duque de Spoleto, Guy, sustentado pelo bispo de Reims, acima referido. Ambos foram coroados simultaneamente, um em Compiègne (Eudo) e outro em Langres (Guy), no ano de 888. Eudo acabou prevalecendo sobre o último, vindo a ser o ancestral da dinastia que se afirmaria no trono, no século seguinte, com Hugo Capeto, e governaria a futura França até 1327.

No sudeste da Gália, desde 879 reinava um certo Boso, conde de Vienne, cunhado de Carlos, o Calvo, graças à eleição por parte dos bispos e arcebispos da região. Sua morte em 888 permitiu o aparecimento de dois candidatos: seu filho Luís, da Provença, eleito e coroado rei em Valence, em 890, e um membro da poderosa família Welf, o conde Rodolfo, influente na Borgonha, que se fez coroar em S. Maurício-no-Valais em 888. Neste ano dois rivais também disputavam a coroa da Itália, o marquês do Friul, Berengário, e o nosso conhecido Guy de Spoleto.

Estraçalhado pelas ambições pessoais e pelas brigas entre os partidos da nobreza, assoberbado pelos contínuos ataques *vikings*, húngaros e sarracenos, o Império Carolíngio

sossobrou melancolicamente ao término do século IX, quando estava próximo de completar o seu centenário. Ainda levaria algum tempo até emergirem, das águas turvas das repetidas discórdias, as duas dinastias que fariam o futuro das suas metades ocidental e oriental, os Capetos, nas pessoas de Roberto I e Hugo, e os saxônios com Henrique I e Oto I.

8

O destino do título imperial

As disputas territoriais e o título imperial

À guisa de epílogo, encerrando nossa breve história do Império Carolíngio, vamos retornar ao tema com o qual a iniciamos, ou seja, o da coroação imperial. O leitor a esta altura estará a perguntar-se que papel teria desempenhado o título imperial em meio às querelas territoriais e sucessórias da segunda metade do século IX. Teriam seu conteúdo e prestígio sido suficientes para atrair a cobiça dos candidatos reais?

Vimos anteriormente como o círculo clerical de Luís, o Piedoso, e ele próprio haviam tornado mais concreto o conteúdo do título, transformando-o no rótulo de um Império Cristão, impregnando-o assim de um sentido radicalmente oposto ao seu velho significado histórico: mediterrânico e pagão. Contudo, nem por isso deixara ele de ser uma simples rubrica que, embora acrescentando algum prestígio ao seu detentor e criando moralmente certas obrigações em relação à Igreja e ao Papado, não adicionava uma vírgula sequer aos seus poderes efetivos. Não obstante, ele continuou sendo utilizado ao longo de todo o século IX pelos sucessores de Luís,

o Piedoso, e no processo de transmissão nasceram algumas tradições que permaneceriam vivas para o restante dos tempos medievais.

Os pontífices romanos e a coroa imperial

A primeira dessas tradições foi a gradual apropriação, pelo Sumo Pontífice, do direito de conceder o diadema imperial. Carlos Magno e Luís, o Piedoso, jamais se consideraram devedores de tal favor aos papas. Segundo F. L. Ganshof, Carlos teria ficado contrariado com o gesto de Leão III tomando o diadema para colocar-lhe sobre a cabeça [1]. Assim, até 850 as duas cerimônias que concorriam para a criação do imperador, a coroação e a sagração, eram realizadas separadamente. Aquela, a mais relevante, vinha em primeiro lugar, sendo um ato puramente laico, no qual, após a eleição pela assembléia, o candidato recebia o diadema das mãos do pai. A sagração ocorria algum tempo depois. Cerimônia meramente protocolar, ela representou uma novidade no mundo franco ao ser introduzida como instrumento legitimador da dinastia inaugurada por Pepino, o Breve, em 751. Luís, coroado em setembro de 813, só foi sagrado em 816. Lotário, seu filho, recebeu o diadema em 817 e a sagração em Roma no Domingo de Páscoa de 822.

Com o herdeiro deste, Luís II, notamos inicialmente uma leve mudança, a qual não tardaria a se acentuar. Associado ao poder e coroado pelo pai, foi então por este enviado a Roma, onde recebeu a sagração em abril de 850. A distinção reside justamente nesse envio do imperador a Roma para obter a sagração, como se ela fora a confirmação necessária da

[1] The imperial coronation of Charlemagne. In. —. *The Carolingians and the Frankish Monarchy*, p. 48. (Ver "Bibliografia comentada".)

coroação, coisa que não ocorreu nas vezes anteriores, quando teve um caráter ocasional. E essa transformação na maneira de encarar as coisas é corroborada pelo próprio Luís II, que acreditava ser a dignidade imperial proveniente da sagração pelo pontífice e não da coroação efetuada pelo pai, como o afirmou numa carta ao imperador bizantino Basílio [2].

A atitude do papa Adriano II, contemporâneo de Luís, revela também que a apropriação do direito de dispor do título imperial pelo Sumo Pontífice estava consumada. Em 872, com os rumores da morte de Luís sem deixar herdeiros, ele escreveu a Carlos, o Calvo, declarando-o seu candidato ao título. Com efeito, ao morrer Luís três anos depois, aquele foi coroado em Roma. Daí por diante os papas tomaram a si a tarefa de escolher os imperadores na família carolíngia, em vias de extinção nos seus ramos mais diretos.

Nessa ligação entre o Papado e o diadema imperial havia naturalmente um certo desejo de prestígio e ascendência da parte dos pontífices; mas a isto acrescia ainda um aspecto prático assaz relevante no momento: através da concessão do título os papas se julgavam credores da proteção dos monarcas francos contra seus inimigos na península. Assim vemos o sucessor de Adriano, João VIII, buscar freneticamente, após o falecimento de Carlos, o Calvo, um imperador que o defendesse contra as incursões cada vez mais audaciosas dos sarracenos e contra a política agressiva da casa ducal de Spoleto.

Com João VIII nasceria uma segunda tradição destinada a um porvir duradouro. Malgrado seu desespero atrás de um candidato à coroa — alguns a quem recorrera ou adoeceram, ou não mostraram interesse —, não hesitou em exigir de Carlos, o Gordo, o último candidato a apresentar-se, a confirmação dos "pactos e privilégios da Santa Sé Romana",

[2] HALPHEN, L. *Charlemagne et l'Empire Carolingien*, p. 359. (Ver "Bibliografia comentada".)

antes de descer à Itália para receber a coroa. Surgia destarte um novo procedimento na outorga do título: o futuro imperador deveria fornecer garantias formais de seu respeito aos direitos da Santa Sé, da qual se tornava então defensor.

Título imperial e coroa da Itália

Ora, essa ligação do título imperial com o pontífice romano ainda podia ser creditada por conta da história recente, afinal Leão III a iniciara à revelia de Carlos Magno, e também do direito — lembremo-nos da *Doação de Constantino*. A terceira tradição criada, no entanto, vinculando o diadema imperial com a coroa do reino da Itália, representava uma grande distorção em todos os sentidos. Conquanto aquele pudesse ter um sabor mediterrâneo — Roma fora a fundadora e a capital do Império ao redor do Mediterrâneo —, a coroa da Itália nada tinha a ver com esse passado remoto. Muito ao contrário, ela era a coroa de ferro dos reis lombardos, um dos últimos povos a invadir a península.

O elo entre o reino da Itália e o título imperial foi mais uma dessas obras do acaso histórico. Este reino ficara com o sobrinho de Luís, o Piedoso — Bernardo —, não entrando nas disposições da *Ordinatio* de 817. Após sua morte no ano seguinte o trono ficou vacante e com a reviravolta política na Corte em 822 o primogênito de Luís, Lotário, já coroado imperador e associado ao pai no governo, foi despachado para a Itália, onde passou a agir como soberano. O Tratado de Verdun deixou o reino na porção de Lotário; e seu filho, Luís, foi sagrado rei da Itália pelo papa Sérgio em 844, antes portanto de receber o diadema imperial. Com a morte do pai, essa coroa, juntamente com o título imperial, lhe coube por herança. Como vemos, este havia sido relegado à Itália, abandonando a porção setentrional em torno de Aquisgrão, o coração do edifício político carolíngio.

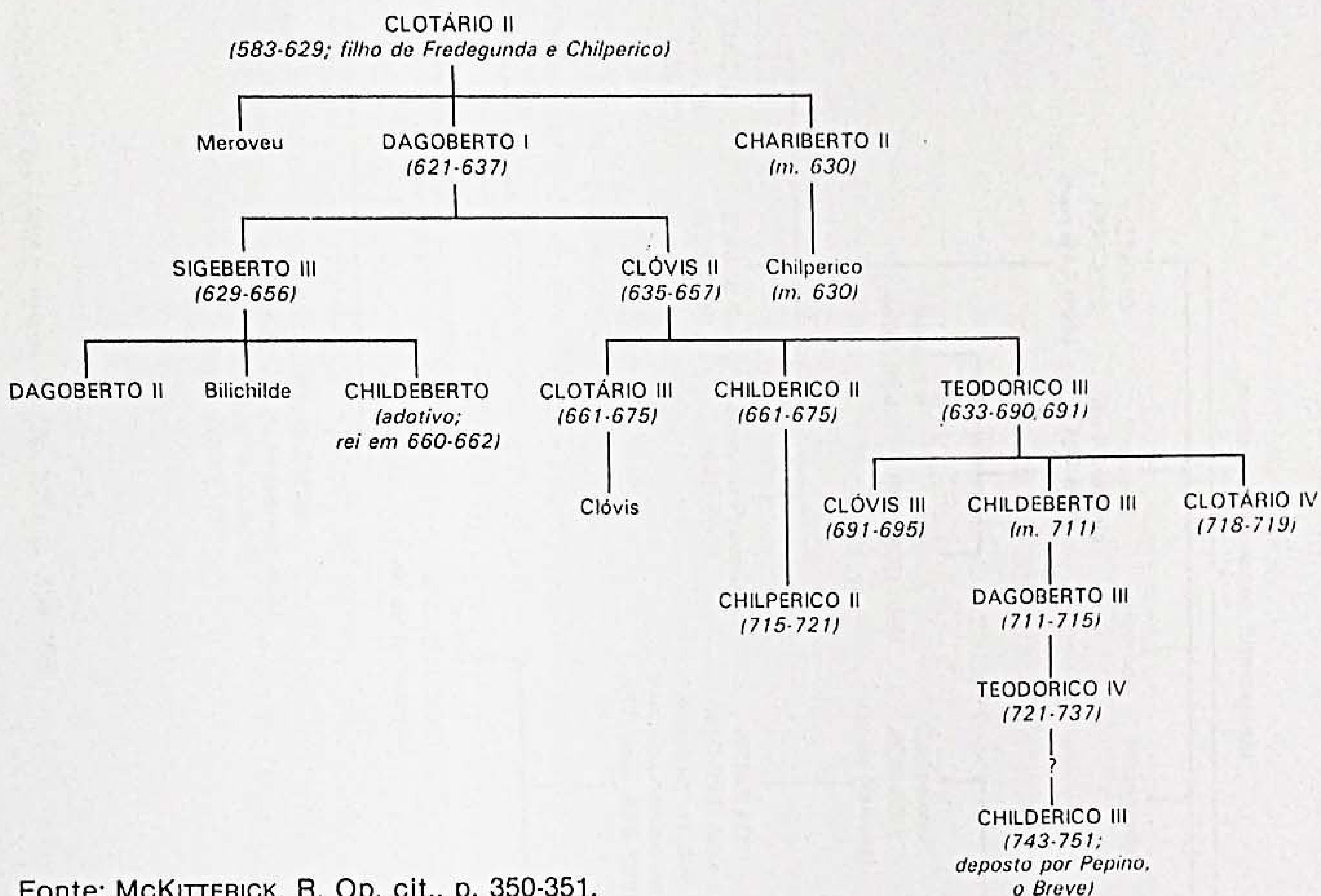
Morrendo Luís II sem herdeiros, a junção se fez definitiva. O papa Adriano II tanto se achou no direito de dispor do título imperial, ofertando-o a Carlos, o Calvo, como o vinculou à posse do reino da Itália, impedindo a eleição de Carlomano (filho de Luís, o Germânico) para o trono, a fim de reservá-lo para seu candidato. Seu sucessor, João VIII, continuou com a mesma política, obtendo finalmente para Carlos, o Calvo, a esta altura já sagrado imperador, a coroa italiana em fevereiro de 876.

Esse pendor meridional do título imperial e a vinculação com a Santa Sé não mais desapareceriam, adicionando, por conseguinte, um elemento perturbador na política dos futuros herdeiros da obra carolíngia no século X, os senhores do Império Romano-Germânico.

9

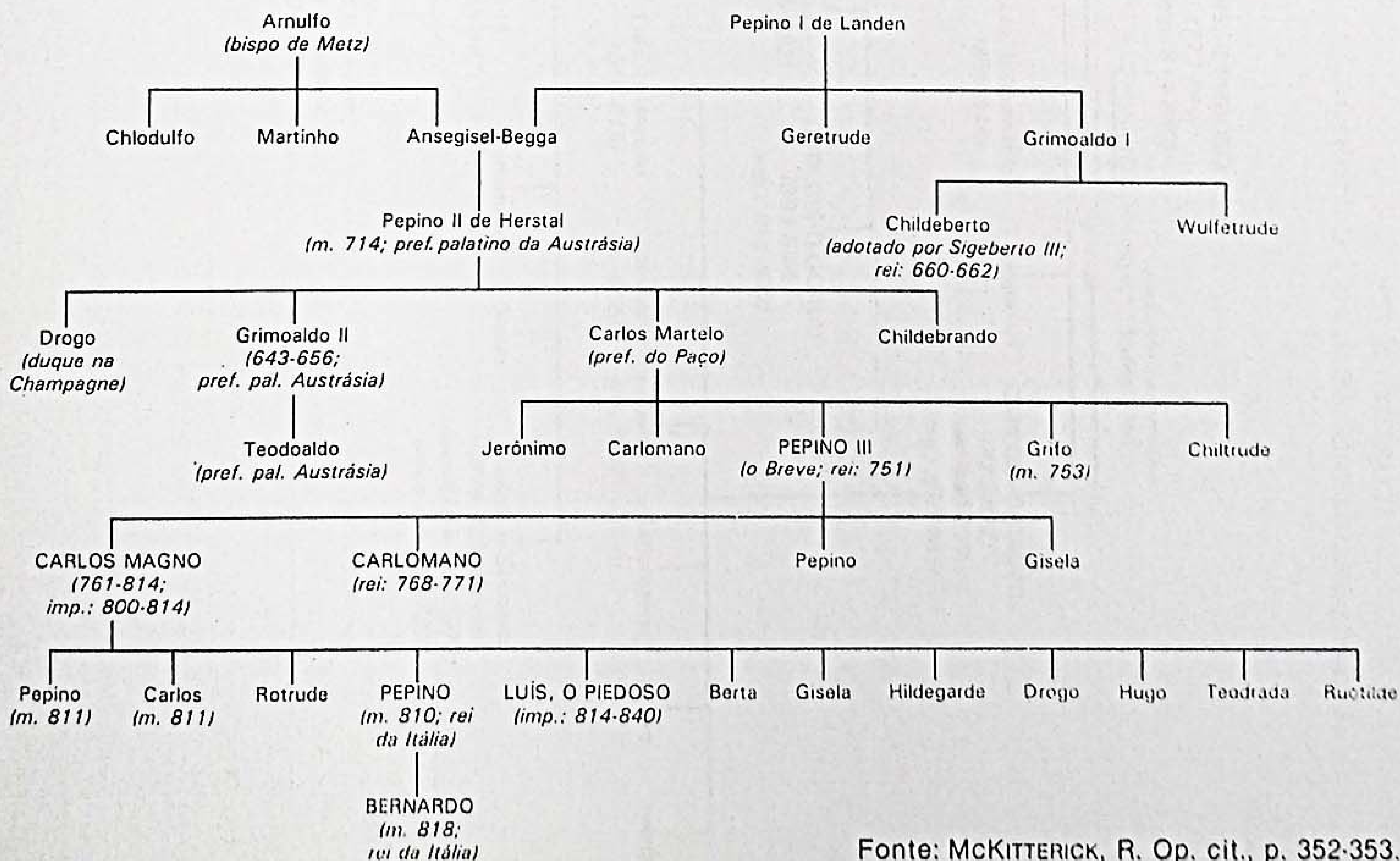
Quadros cronológicos

Quadro 1 — Os últimos Merovíngios



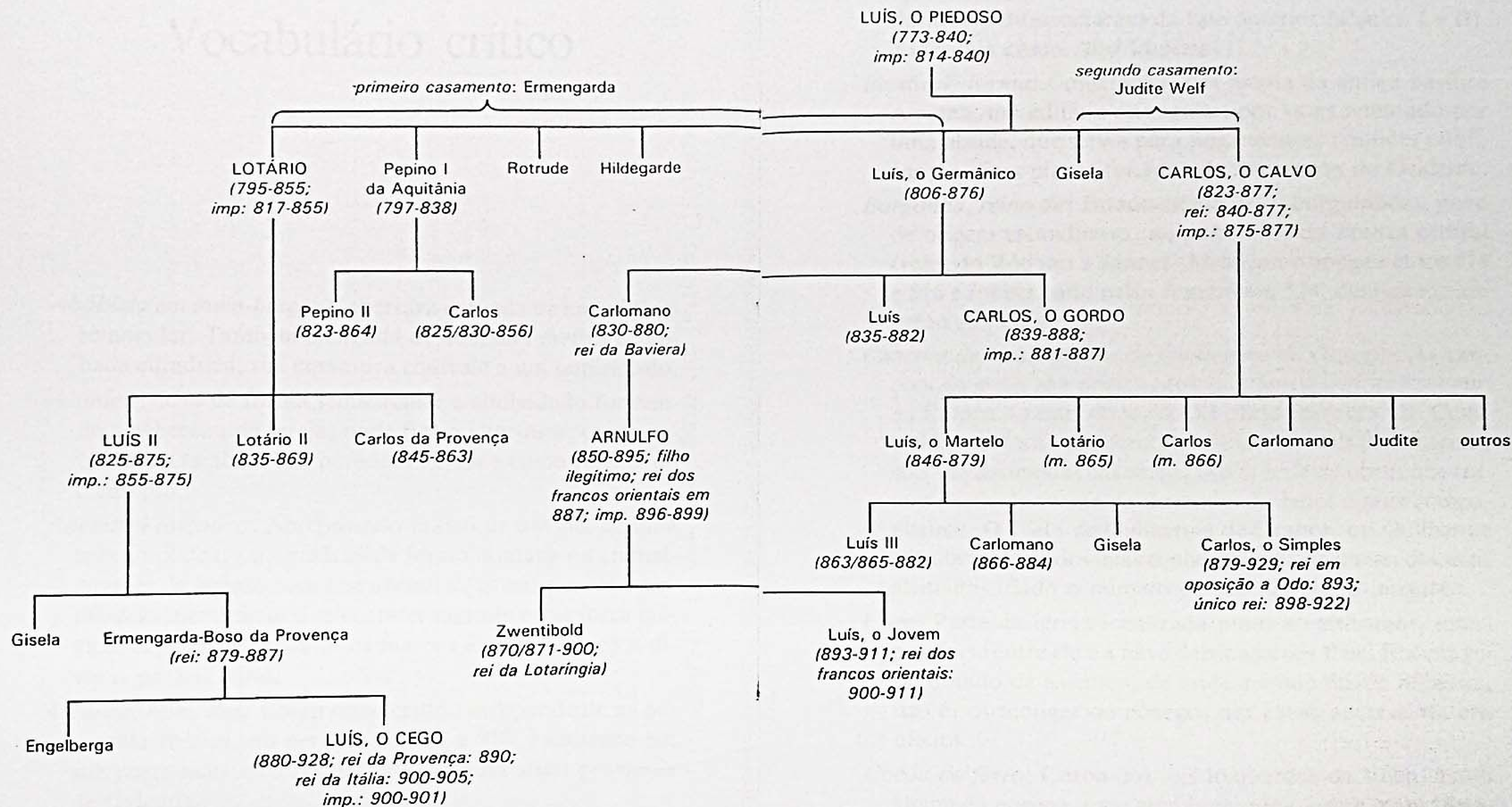
Fonte: McKITTERICK, R. Op. cit., p. 350-351.

Quadro 2 — A origem da família Carolíngia



Fonte: McKITTERICK, R. Op. cit., p. 352-353.

Quadro 3 —
A descendência de Luís, o Piedoso



Fonte: Adaptado de McKitterick, R. Op. cit., p. 354-355.

10

Vocabulário crítico

Abóbada em meio-berço: Cobertura curvada de um edifício retangular. Também chamada de abóbada mestra e abóbada cilíndrica, sua curvatura equivale a um semicírculo.

Abside: Nicho de forma semicircular e abobadado formando a cabeceira da igreja, onde fica o altar-mor, sendo encontrado também nas paredes laterais e como remate do transepto.

Ancestral totêmico: Antepassado mítico de um clã, de uma tribo, um deus ou semideus de forma humana ou animal. Através da ligação com esse ancestral, as estirpes reais germânicas mantinham o seu caráter sagrado e sua força mágica, capazes de espantar os males e atrair as bênçãos divinas para o reino.

Astúrias, reino das: Único reino cristão independente na península Ibérica, no período de 718 a 910, localizado em sua parte mais setentrional (ao norte da atual província de Oviedo).

Austrásia, reino da: Porção oriental dos territórios francos, estendendo-se pelo nordeste da atual França, compreendendo também porções das Alemanhas central e ocidental.

Baixo Império Romano: É assim chamado o período da história do Império Romano iniciado após as crises do século III d.C., abrangendo os séculos IV e V até 476. Nessa época este organismo político sofreu modificações profundas que o diferenciaram da fase anterior (séculos I e II), conhecida como Alto Império.

Basilical, forma: Construção com planta da antiga basílica romana, um edifício retangular, por vezes rematado por uma abside, que servia para julgamentos, reuniões públicas etc. Essa planta foi adotada nas igrejas do Ocidente.

Borgonha, reino da: Estado criado pelos borguinhões, povo de origem escandinava, na parte leste da França central (vales do Ródano e Saône). Alcançou o apogeu entre 474 e 516 e foi ocupado pelos francos em 534, desaparecendo então sua casa real.

Canções de Gesta (Ciclo de Guilherme de Orange): As canções de gesta são poemas épicos e narrativos que surgem na Europa no final do século XI e princípios do XII. Construídas em torno das aventuras de um ou mais personagens, elas são agrupadas em ciclos, isto é, série de obras que tratam particularmente de determinado herói e seus companheiros. O Ciclo de Guilherme de Orange, ou Guilherme Ferrabraz, é um dos mais conhecidos e também um dos mais alentados, dado o número de canções que o integram.

Coro: Parte da igreja localizada junto ao altar-mor, interpondo-se entre ele e a nave destinada aos fiéis. Era em geral dotado de assentos, de onde a comunidade religiosa, isto é, os monges ou cônegos nas catedrais, assistia aos ofícios.

Coroa de ferro: Coroa dos reis lombardos da Itália, assim chamada porque o seu círculo interior, sobre o qual estava montada a parte externa em ouro, era de ferro.

Crônica de Fredegar: Também conhecida como *Crônica do Pseudo-Fredegar*. O sabor franco do nome não nos deve

causar ilusão; o seu possuidor nunca existiu, sendo tal nome uma invenção do editor quinhentista da *Crônica*, Claude Fauchet. Com efeito, ela parece ter tido três autores, todos anônimos, respectivamente para as partes compostas em 613, 614 e *c*. 658. Trata-se de uma das fontes importantes para o conhecimento da história dos francos no século VII, embora o autor da parte inicial tenha utilizado fartamente Gregório de Tours para as informações sobre o século anterior.

Evangeliário: Livro contendo excertos dos Evangelhos.

Exarcado de Ravena: O exarcado era uma província do Império Bizantino governada por um oficial com poder militar, denominado exarca. Ravena veio a ser a capital da Itália bizantina, tendo o exarcado sido criado pouco antes de 584. Seu titular era a mais alta autoridade de Bizâncio na Itália.

Fachada ocidental: Frente de uma igreja voltada para o oeste. As igrejas na Alta Idade Média eram construídas sempre com orientação leste—oeste, de forma que o altar-mor ficava a leste, na direção de Jerusalém, para a qual se voltavam então obrigatoriamente os fiéis ao assistirem aos ofícios. Na fachada ocidental situava-se a entrada do templo. A fachada ocidental carolíngia (em alemão, *Westwerke*), uma invenção típica do período, constituía um bloco bastante volumoso, flanqueado por torres, criando um espaço interno amplo e, em certo sentido, independente da igreja, que, além de servir como tribuna imperial, era também palco de atos profanos, como investiduras, sessões judiciais etc. Ligado ao Império, com a sua decadência no século X, o *Westwerke* desaparece igualmente ao perder suas funções.

Grandes invasões: É assim designada a primeira vaga de invasões bárbaras no Império Romano, iniciada no final do século IV e encerrada com a chegada dos lombardos na Itália dois séculos depois.

Historia francorum: Crônica da família merovíngia escrita por Gregório, bispo de Tours, no final do século VI, provavelmente entre 591 e 594. É um dos principais testemunhos que possuímos para a história dos Reinos francos na segunda metade desse século.

Iluminura: Arte da decoração das páginas dos manuscritos que alcançou grande desenvolvimento na Idade Média. Eram utilizadas letras ornamentadas, folhagens, animais, figuras humanas e paisagens, servindo muitas vezes para ilustração do texto. Empregavam-se cores vivas, o vermelho, o azul, o verde, o dourado etc. Os desenhos de pequenas dimensões ficaram conhecidos também como miniaturas.

Império Romano-Germânico: De certa forma o sucessor do Império Carolíngio na Europa Medieval, porém deslocado mais para leste, centrado na área da futura Alemanha. Fundado pelos Otônidas, sua duração ultrapassou os limites do período medieval, embora com transformações significativas. A vinculação com Roma e com a Santa Sé lhe valeu os apodos de ''Romano'' e, mais tarde no século XIII, ''Sacro'', surgindo então a expressão ''Sacro-Império Romano-Germânico'', pela qual ele também é conhecido, sendo esta contudo uma invenção dos historiadores, nunca tendo feito parte do protocolo imperial.

Lectionário: Livro contendo trechos da Bíblia destinados à leitura em determinados dias do ano.

Lei Ripuária (Lex Ribuaria): Apesar do nome, não se trata de um código semelhante à Lei Sálica, válido para os francos ripuários. É, na realidade, uma variante secundária desta, aplicável aos austrasianos, bem tardia, datando quando muito de 633 e sendo conhecida por esse nome somente a partir de 803. O próprio termo ''ripuário'' surgiu apenas no início do século VIII para designar os habitantes de certas áreas do Reno nas vizinhanças de Colônia. Por-

tanto os ripuários nunca foram, como os sálios, uma tribo ou ramo do povo franco.

Lei Sálica (Lex Salica): Código de leis dos francos sálios promulgado por volta de 507-511, no reinado de Clóvis. É uma longa lista de multas (compensações) a serem pagas por diversas espécies de crimes, entre as quais estão inseridas algumas normas de direito civil.

Mall (mallus placitum): Tribunal germânico presidido pelo conde, assistido por juízes inicialmente escolhidos entre os notáveis do condado, os "homens bons" ou *rachinburgi*. Na época carolíngia, eles foram substituídos por um corpo de magistrados profissionais, os escabinos.

Merovíngios: Designativo da estirpe real franca que governou a Gália desde o século VI aos meados do VIII. Provém do nome Meroveu (Merovech), rei dos francos sálios que teria vivido na metade do século V, sendo avô de Clóvis, o unificador das tribos francas.

Nêustria, reino da: Um dos reinos francos do século VII. Era o mais ocidental, situado ao norte da atual França, tendo como limites aproximados os vales do Loire, do Marne e do Escalda.

Otônidas: Nome pelo qual ficou conhecida a família de imperadores germânicos oriunda da casa ducal da Saxônia. Conquanto Henrique, o Passarinheiro, tenha sido o primeiro da família a reinar sobre a porção oriental do ex-Império Carolíngio, o diadema imperial só foi cingido por seu filho Oto I em 962, daí ser ele o epônimo da dinastia que reinou até 1024.

Pagus: Circunscrição administrativa rural do Império Romano característica das regiões pouco povoadas, às vezes impropriamente chamada de *civitas*, apesar de não haver aí nenhuma cidade. O *pagus* era supervisionado por destacamentos militares pouco importantes, cujos chefes (*praefecti*) se ocupavam da população local.

Rex inutilis / roi fainéant: "Rei indolente", epíteto aplicado aos monarcas medievais que não governavam de fato, ficando o poder nas mãos de altos funcionários. No caso dos Merovíngios, os governantes efetivos vieram a ser os mordomos do paço, no decurso do século VII. Há um estudo muito interessante sobre o rei indolente, realizado por Edward Peters, em *The Shadow King: "rex inutilis" in medieval law and literature* (New Haven/Londres, Yale UP, 1970).

Transepto: Parte de uma igreja que corta perpendicularmente a nave principal, como se formasse os braços de uma cruz. Em geral suas duas extremidades são terminadas por altares rematados ou não por absides.